

Poder Popular



Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 45 15/21 de Junho de 1976 Preço 4\$00

- A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

- A LUTA PELA UNIDADE E PELA ORGANIZAÇÃO

Resolução do Comité Central do MES em 13 de Junho de 1976



OS TRABALHADORES COM OTELO

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL, DE 13 DE JUNHO

SOBRE FORMAÇÃO DE QUADROS

No âmbito das suas funções, decidiu o Comité Central do MES criar um Departamento de Formação de Quadros cujo objectivo é apoiar o trabalho de preparação dos membros do nosso Partido para as tarefas políticas que a nossa intervenção na luta de classes exige dos comunistas.

Quaissão, então, as tarefas políticas dos militantes comunistas do MES na actual fase de luta de classes em Portugal?

São, antes de mais, as seguintes as tarefas centrais:

1.º — Organizar e fortalecer o nosso Partido — o Movimento de Esquerda Socialista — como força dirigente de classe que luta pela instauração do Poder Popular como via para a construção do Comunismo.

2.º — Organizar as massas na via do Poder Popular empenhando-se decisivamente na construção do Partido Revolucionário da Classe Operária.

3.º — Ser um quadro político dirigente, conhecedor das leis do Materialismo Histórico e Dialéctico e da teoria Marxista-Leninista, guia para a acção revolucionária das massas na via da destruição do poder da burguesia, da instauração da Ditadura do Proletariado e da construção do Comunismo.

II

Lutar por esses objectivos, no MES, significa empenhar toda a organização na sua realização.

Significa dotarmo-nos de métodos de direcção que reflitam as relações fraternas que têm que existir entre Comunistas baseadas no uso da crítica (não sectária), e da autocritica (não hipócrita) e incentivando o seu uso no seio do Partido e das massas.

Significa dotarmo-nos de uma Direcção Proletária temperada na luta, reconhecida pelos militantes e massas, que seja capaz de fazer as sínteses necessárias das lutas em que o nosso Partido está empenhado retirando daí ensinamentos e propondo directivas, isto é ligando correctamente a Teoria Revolucionária e a Prática dos nossos militantes.

Significa dotarmo-nos de um estilo de trabalho que, ultrapassando o cristalizar da elaboração da linha num número restrito de dirigentes, impeça também que o nosso Partido pareça uma massa inerte, incólume à luta de classes, mas antes apareça como uma força viva e actuante, aberta ao debate interno e com outras forças.

Isto é, que faça com que o MES, sendo uma força actuante na luta de classes, seja também atravessada por ela em todos os sentidos, única forma de combater as posições incorrectas, depurando-nos dos elementos e dos vícios pequeno-burgueses, contrapondo-lhes a todo o momento uma linha proletária.

É assim necessário dar expressão e fazer ascender a tarefas de Direcção, os camaradas operários que, experientes na luta, mostraram ser elementos de Direcção.

Aqui surgem dois tipos de dificuldades:

1.º — Dos camaradas trabalhadores que, tendo

experiência de luta não têm formação teórica que lhes permita dar o salto qualitativo para a globalização da sua experiência.

2.º — Dos camaradas de origem pequeno-burguesa e intelectual que têm dificuldades em se identificarem com os anseios e as lutas das classes trabalhadoras, pois nunca sentiram as dificuldades concretas em que a luta da classe operária, com cujos objectivos se identificam, se desenrola.

É necessário, portanto desenvolver e aprofundar o espaço organizado do MES onde estes dois tipos de dificuldade sejam questionados. Este espaço tem dois níveis diferentes:

1.º — O local de intervenção do militante ou aderente do MES — o primeiro local de contacto com a organização, onde se adquirem as primeiras noções do que é o MES, do nosso estilo de trabalho, dos nossos objectivos, da nossa tática e da nossa estratégia.

2.º — A Escola do Partido — que actua a um nível já superior no sentido de criar momentos de síntese para reflexão em que a teoria se vem juntar à prática, para que a organização avance qualitativamente como um todo, aprofundando o nosso conhecimento das forças sociais e políticas e das tendências que se desenham.

III

Tendo presente estes objectivos atrás definidos, o Comité Central do Movimento de Esquerda Socialista, na sua reunião de 12/13 de Junho de 1976 decidiu:

— Criar uma Comissão Escola do Partido.

Esta Comissão será no futuro constituída por:

— Um membro do CC responsável pelo Departamento de Formação de Quadros e pelos elementos integrados deste Departamento.

— Um elemento designado por cada um dos Departamentos do Comité Central.

— Um elemento designado por cada uma das Direcções das Organizações Regionais. A sua formação prioritária é dotar-se dos meios materiais e militantes para lançar os fundamentos da Escola do Partido.

Para além desta, tem ainda outras funções:

- participação no Esquerda Socialista. (1)
- participação no Poder Popular.
- participação no Informação Militante
- participação em outras publicações periódicas, regulares ou não, de sectores ou Departamentos
- dirigir e orientar as edições SLEMES
- orientar e seleccionar à venda nas nossas livrarias (textos clássicos ou recentes, incentivando especialmente a divulgação das obras que os militantes do MES forem produzindo).

IV

Lançar as bases da Escola do Partido.

A Escola do Partido funcionará a três níveis fundamentais:

a) aberto a não-membros do MES.

O seu trabalho incidirá especialmente sobre



a divulgação de temas específicos que poderão não ter necessariamente continuidade (exemplo: Sessões de Debate em varias das nossas sedes orientadas pelos nossos camaradas que fizeram a viagem a Cuba, a congressos de organizações irmãs estrangeiras, etc).

b) Restrito a militantes do MES.

Nenhum aderente poderá no futuro passar a militante sem passar por um seminário intensivo onde serão discutidas as questões globais do nosso programa e da nossa linha política.

c) Só para dirigentes

Em geral, consistirá em seminários sobre questões específicas (exemplo: como fundamentar um CCT; estudo da legislação do Trabalho e Sindical; Economia Política; como fazer o estudo económico de um sector de actividade; a questão da Transição e a Revolução Cultural; o papel da Esquerda Revolucionária e a sua actuação em fase de ofensiva e em fase de refluxo do movimento de massas relacionado com o papel do Reformismo e do Revisionismo, a sua tática e a sua estratégia, organização do Controlo Operário da Produção, Reforma Agrária, etc).

V

Os grandes temas a focar, sempre em função daquilo que a nossa própria prática vai ensinando, serão nesta fase:

a) A Organização de Vanguarda (o Centralismo Democrático, a Democracia e a Direcção, a critica e a auto-critica, a organização celular, etc)

b) A Relação da Organização com as massas (Frente e Partido, Hegemonia e Direcção, Bloco Histórico e Alianças de Classe, Intervenção nos Campos, nas Fábricas, nos Bairros, nos Sindicatos, etc.)

c) Formação Política Geral (Questões Fundamentais do Materialismo Histórico e do Materialismo Dialéctico, História do Movimento Operário e do Movimento Comunista Internacionais, o Movimento Operário Português, as Instituições Políticas e os Aparelhos Ideológicos do Estado burguês em Portugal, Partidos Políticos, a Igreja Católica, etc., a questão do Campesinato Pobre.)

(1) Órgão teórico, a sair brevemente.

CAMPANHA DE FUNDOS PARA O "PODER POPULAR"

Continuamos hoje a publicar o produto da campanha de fundos em curso para o «Poder Popular». Precisamos do teu apoio. Contribui!

Campo de Ourique

Joaquim Amaro, 20\$00; Alberto Neto, 100\$00; Jesus, 30\$00; Helena Mafra, 20\$00; António, 10\$00; Zé, 20\$00; Quim, 50\$00; Elisa, 50\$00; Fátima, 20\$00; Flores, 20\$00; António Francisco, 50\$00; A. Marques, 10\$00; R. Santos, 10\$00; A. M. S., 10\$00; Carlos Brandão, 20\$00; Odete, 50\$00; Fernando, 100\$00; Carminda, 15\$00; José Gonçalves, 20\$00; António Pimpão, 20\$00; Cidália, 15\$00; Maria Rosa,

30\$00; Maria Faria, 10\$00; Maria Helena, 15\$00; Vitor Ventura, 15\$00; Ernesto Leal, 5\$00; José Skantos, 20\$00; Manuel Ribeiro, 20\$00; Um grupo de trabalhadores, 130\$00.

Lisboa

Gil Figueiredo, 50\$00; Isabel, 20\$00; Maria Antonia, 20\$00; Maria Helena, 100\$00; Nuno Maria, 20\$00; Vitor Barros, 30\$00; José António, 20\$00; Georgina Alves, 50\$00; Valdemar Moreira, 100\$00; Eduardo Sarreiro, 20\$00; Natália Duarte, 50\$00; Francisca Reis, 50\$00.

Viana do Castelo

Rui Arias, 50\$00; G. F., 20\$00; Eugénio, 50\$00; Maria

Silva, 20\$00; Anónimo, 20\$00; Ribeiro, 20\$00; Toneca, 20\$00; Maria Sofia Costa, 50\$00; Constantino, 50\$00; J. Francisco, 50\$00; A. Codea, 20\$00; Ilegivel, 20\$00; António, 20\$00; Maria Eufrásia, 20\$00; Henrique Manuel, 50\$00.

Barreiro

Amado Silva, 20\$00; Helder, 20\$00; Vitor, 5\$00; Costa, 20\$00; A. Maria, 10\$00; C. A. S. G., 10\$00; Jorge Carvalho, 10\$00; Antonieta, 20\$00; Anónimo, 6\$00; Maria Emilia, 10\$00; Maria José, 20\$00; Vicente, 20\$00; Edmundo, 20\$00; Leonel Augusto Ferreira, 20\$00; Dolores Batista, 20\$00; Ilegivel, 50\$00; Artílio, 10\$00; Nuno Fernando Batista, 20\$00; Artílio (filho), 100\$00; Guilherme Bas-

to, 100\$00; Teresa Romão, 50\$00; Paula Vieira, 50\$00; Fernanda Veiga da Silva, 20\$00; Fátima Silva, 50\$00; Teresa Costa, 20\$00; Manuel Santos, 20\$00; Mário Pereira, 20\$00; Eugénia M. C. Ribeiro, 20\$00; Eduardo Vaz, 20\$00; Ilegivel, 20\$00; Adolfo, 20\$00; João A. P. Meninas, 100\$00; Ilegivel, 20\$00; José Carioca Rodrigues, 50\$00.

Lisboa

Antonio Fidalgo, 50\$00; Anibal Ramalho, 20\$00; Carlos, 500\$00; Junqueiro, 10\$00; Carlos Gomes, 20\$00; Batista, 25\$00; Dolores, 25\$00; M. Dolores, 20\$00; Matilde, 50\$00; Ferreira Silva, 50\$00; Célia, 16\$00; Rodrigues, 5\$00; Carlos Alberto, 20\$00; João Barroso,

10\$00; José Rebelo, 20\$00; António Barbosa, 10\$00; José Augusto, 20\$00; Rodrigues, 10\$00; Luisa Santos, 10\$00; Mariano Felgueiras, 10\$00; João Silva, 10\$00; Cândido, 10\$00; José Moura, 10\$00.

Moscavide

Francisco Galego, 20\$00; Emilia Gomer, 20\$00; Manuela Sales, 20\$00; Lourdes, 5\$00; Lourdes, 5\$00; Berquets, 20\$00; Susana, 20\$00; Zé Carlos, 20\$00; Guedes Santos, 20\$00; Moraes, 20\$00; Maria de Jesus, 20\$00; Espírito Santo, 20\$00; Maria Sequeira, 20\$00; Maria Vaz, 20\$00; Adelaide, 5\$00; Ivone, 10\$00; Fátima, 10\$00; Maria Fernanda, 10\$00; Carmo, 20\$00; Cunha, 10\$00; Joana, 10\$00; H. Soares, 20\$00.

Campo de Ourique

Dulce Carvalho, 50\$00; António Franco, 50\$00; Nuno Vasconcelos, 50\$00; José António, 20\$00; José Augusto, 20\$00; João Vieira, 20\$00; Anónimo, 20\$00; Maria Leal, 50\$00.

Lisboa

Clarisse, 20\$00; Zé Luis, 20\$00; Tiago, 100\$00; Joana, 12\$00; Isabel, 16\$00; Teófilo Aguiar, 50\$00; Ilídio Duarte, 50\$00; Luis, 50\$00; Manuel Costa Martins, 50\$00; Ilegivel, 50\$00; José Sesinando, 20\$00; Ilegivel, 50\$00; Ilegivel, 100\$00; Ilegivel, 50\$00; Mário, 20\$00; José Manuel Fonseca, 20\$00; Ilegivel, 20\$00; Ilegivel, 20\$00; Manuel, 20\$00.

Atransportar, 19.004530.

I—A SITUAÇÃO POLÍTICA E AS PRESIDENCIAIS

Pela unidade, contra o sectarismo e o divisionismo

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, desde a sua própria realidade, ao seu programa e ao movimento de apoio popular que já desenca-deou, representa a justeza das posições revolucionárias defendidas pelo MES na luta pela unidade do movimento popular de massas e dos revolucionários.

A candidatura de Otelo representa já uma poderosa força na luta contra o sectarismo.

Sectarismo que caracterizou a posição de forças que hoje apoiam a candidatura de Otelo em relação às eleições para a Assembleia da República, ao sabotarem a unidade então possível.

Sectarismo que tem sido uma constante da política do PCP mas que a candidatura de Octávio Pato tornou muito mais claro aos olhos das massas, mostrando que o PCP — que tanto fala da unidade da esquerda — apenas está interessado em aumentar a sua força contratual com a burguesia para poder manter posições no aparelho de Estado burguês. O PCP coloca, assim, os seus interesses partidários reformistas acima dos interesses das massas populares, preferindo a divisão à unidade do movimento popular.

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho exprime com toda a força aquilo que as massas populares querem e sentem indispensável: a unidade do povo contra o fascismo e o capitalismo. Única arma que pode garantir não só a organização da resistência popular à ofensiva capitalista e ao avanço do fascismo mas, igualmente, a vitória das massas populares sobre a exploração e opressão capitalistas.

O CC do MES considera, por tudo isto, que a candidatura do Otelo representa um marco de importância histórica no processo de luta política do proletariado e do povo português.



A política dos sociais-democratas e reformistas favorece a unidade burguesa

A situação política que vivemos é marcada por um acúmulo de forças burguesas para garantir a reconstrução do seu poder tão abalado até ao 25 de Novembro.

A situação política desenvolver-se-á de acordo com a evolução não só do funcionamento das instituições democrático-burguesas mas também das manobras anticonstitucionais das forças fascistas e fascizantes, do CDS ao PPD e do ELP à CAP, e do desenvolvimento da luta política das massas populares fora do parlamento e das suas lutas reivindicativas.

Ameaça fascista/Parlamento/Resistência popular surgem como os polos duma intensa batalha política em que se joga ou a reconstrução em todos os seus aspectos do poder burguês no nosso país ou a possibilidade do relançamento da ofensiva popular, batalha política que, sem duração determinada, não será certamente curta.

A candidatura de Eanes representa objectivamente, a seguir aos passos dados já na reconstrução do aparelho repressivo de Estado e na profissionalização das Forças Armadas, o segundo grande passo em frente na ofensiva burguesa.

Candidato do 25 de Novembro, Eanes representa um passo importante na tentativa de unificar as diversas fracções da burguesia em torno dum projecto autoritário que permita impor a recuperação capitalista e arrastar importantes sectores da pequena burguesia urbana e rural.

A candidatura de Eanes, se põe a nú o falhanço da política reformista de ilusão das massas com a «maioria de esquerda», que a ser possível teria levado, entre outros objectivos à apresentação dum candidato com o apoio do PS e do PCP, põe igualmente a claro o carácter e o papel burgueses do PS, ainda que muitos dos seus militantes e simpatizantes aspirem a que o seu partido desempenhe função progressista e favorável do avanço da unidade popular.

Nesta situação política o PS, que do ponto de vista social se apresenta como uma força inter-clasista, uma força de burgueses democratas e proletários enganados, apenas pode jogar no terreno das instituições democrático-burguesas ficando refém à esquerda e à direita da força que não tem no movimento popular e da correlação de forças que não parará de se desenvolver favoravelmente às forças fascistas e fascizantes no seio das Forças Armadas. A inviabilidade da democracia burguesa ou social-democrata no nosso país levarão, assim, a uma perca progressista da força eleitoral e do peso político do PS.

Esta realidade elementar não deixa aliás de ser sentida em alguns dos seus aspectos pelos dirigentes sociais democratas do PS que, batendo até à exaustão a tecla da não realização de alianças, procuram afinal a continuação do VI Governo agora com um acordo não público e sem a participação directa dos outros dois negociantes, PPD e PCP. Isto é, procuram travar as forças mais reacçãoárias a troco dum programa de Governo que contenha o ataque a algumas conquistas consagradas na Constituição pela sua regulamentação legal e obter alguns lugares no aparelho sindical a troco da garantia de algumas posições no aparelho de Estado ao PCP e da defesa de alguns aspectos da Constituição contra a direita fascista e fascizante, o que permitirá algumas votações conjuntas PS/PCP na Assembleia da República.

Face à política social-democrata do PS que só teria viabilidade, tal como os seus dirigentes reconhecem em pomposas declarações, se a luta de classes deixasse de existir, a política do reformismo revisionista do PCP toma-se cada vez mais dependente dos sectores democrático-burgueses. Esta posição fica bem expressa nas sucessivas declarações favoráveis à coesão e unidade das Forças Armadas e no apoio crítico que o PCP concede a Eanes, na versão oficial do eventual apoio militar eleito.

O PCP procurará afinal a construção dum bloco democrático com o PS e militares, acalentando a esperança duma eventual cisão significativa no PS (que é o primeiro a evitar ao apresentar às massas o PS, no seu todo, como partido de esquerda) que lhe permitisse a hegemonia desse bloco. Esta táctica, que não se afasta do essencial da táctica dos PC's europeus, antes se adapta ao papel decisivo que as Forças Armadas ganharam no poder político no nosso país, baseia-se na ilusão da possibilidade dumas forças Armadas burguesas respeitadoras da Constituição. O exemplo do Chile, cuja Constituição nada tinha que ver com as conquistas populares que a Constituição Portuguesa consagra, basta para mostrar onde podem levar as ilusões reformistas e as concepções revisionistas.

Para o desenvolvimento da sua táctica o PCP conta sobretudo com o peso real que tem no movimento popular, que impulsionalizará dentro de limites toleráveis pelo capital (veja-se o constante canalizar das lutas para mera reivindicação e dentro desta para o campo salarial — o de mais fácil recuperação pela burguesia) e desmobilizará ao sabor da negociação com os sectores burgueses.

Aliás é importante notar que o facto do PCP utilizar, ao nível da propaganda interna, uma intenção táctica que pretende apontar que o movimen-

to popular possa vir mais tarde a ultrapassar os limites da «maioria de esquerda» parlamentar, não significa que alguma vez essa intenção possa ultrapassar os limites do reformismo revisionista e lembrar que a sua prática de marginalização e ataque às organizações revolucionárias e às movimentações populares que não controla, só levantará obstáculos e levará a recuos nos momentos decisivos do confronto anticapitalista e anti-imperialista.

A situação de transição que vivemos é portanto caracterizada pela liquidação da possibilidade de vitória a curto prazo duma saída revolucionária para a crise de dominação burguesa, através do golpe reacçãoário do 25 de Novembro, e por uma situação de democracia burguesa limitada. Nesta situação a correlação de forças não pode ser vista só em termos imediatos e nacionais mas também em termos históricos e internacionais.

Quando dizemos que a fase de luta que atravessamos é uma fase de resistência que desembocará no relançamento da ofensiva popular, é isto mesmo que é expresso, ou seja: **ofensiva capitalista visando a reconstrução do poder burguês num país onde esse poder tem de ser necessariamente autoritário e repressivo e, simultaneamente, país que se encontra na região onde se desenvolvem conflitos sociais que exprimem claramente o avanço da tendência mundial favorável ao Socialismo e onde em dois anos de luta intensa as massas acumularam uma preciosa experiência organizativa.**

A situação que vivemos é, deste modo, uma situação de máxima importância. Pelas possibilidades que apresenta de alteração da correlação de forças.



À unidade burguesa em marcha respondamos com uma forte unidade popular!

Em resposta às forças burguesas que se procuram unir em torno da candidatura de Eanes, aproveitando a inconsequência social democrata e reformista, ergue-se um forte movimento de unidade popular em torno de Otelo.

A falência mais ou menos notória da política e das promessas dos sociais democratas e dos reformistas corresponde um reactivar da importância no movimento de massas e na luta política global das forças revolucionárias e antifascistas minoritárias.

A possibilidade e a necessidade de uma direcção revolucionária para a luta democrática que ganha nova importância a partir do 25 de Novembro, e a convergência, prática do antifascismo e do anticapitalismo na luta que as massas populares do nosso país travam contra a miséria, o desemprego e a repressão, são aspectos decisivos que a candidatura de Otelo veio tornar mais claros.

A unidade popular que cresce aponta para o Socialismo, cresce por isso mesmo, por não ficar no terreno exclusivamente antifascista. A unidade popular que se desenvolve causa brechas nos gran-

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL, DE 13 DE JUNHO

Continuação da pag. 3

des partidos, no PS e no PCP, porque está a ser organizada, porque encontra nos GDUPs uma forma concreta de organização e de direcção potencial da luta de massas.

A unidade popular arrasta vários sectores sociais em torno dum homem e de um programa simples, homem e programa que representam a defesa das conquistas tornadas possíveis pelo 25 de Abril e o prosseguimento da luta até à vitória final, aponta o caminho da construção da Frente de Massas Antifascista e Anticapitalista, dum movimento político amplo e unitário capaz de unir os revolucionários e os antifascistas, capaz de unir a classe operária, os empregados e os camponeses, capaz de unir o Povo na luta contra o fascismo e o capital.

A unidade popular que se alarga aponta a viabi-

lidade da constituição dum amplo bloco social dirigido pela classe operária e fortalecido com a resistência ao avanço do fascismo e a recusa organizada de pagar a crise capitalista com a miséria e o desemprego.

A unidade popular que acompanha o reacender da movimentação de massas impõe a continuação persistente dos esforços na construção duma vanguarda solidamente ligada às massas porque nascida das suas lutas, que tenderá a congregar todos os revolucionários, todos os comunistas, de tal forma que se venha a erguer o Partido Revolucionário da Classe Operária capaz de levar os explorados e oprimidos à vitória.

A situação que vivemos não se compadecerá de forças que não saibam deixar de lado a visão estreita, sectária, dogmática, das forças de esquerda que não saibam compreender que a tarefa primeira é a da construção da unidade, para resistir, lutar e vencer, não só no terreno da ideologia, mas

sobretudo no terreno bem vivo do dia-a-dia do nosso povo explorado e oprimido.

A situação em que vivemos aponta para a formação de uma verdadeira frente de massas, mas o aproveitamento desta oportunidade, que é dever revolucionário, só se poderá dar se se ultrapassar o sectarismo e não suceder que cada partido queira apenas criar ou reforçar a sua própria «frente».

A situação que vivemos não deixará aliás de remeter para o total marginalização os partidos que não sejam capazes de romper com o radicalismo esquerdista ou que prefiram o estatuto de vanguarda autoproclamada não reconhecida, quando não ignorada pelas massas trabalhadoras.

Todos os revolucionários que militam nas forças que apoiam a candidatura de Otelo, candidatura de Unidade Popular para o Socialismo, devem perceber que esta é a realidade, e que a partir de agora se torna mais difícil sabotar a unidade sem sofrer as consequências.

II—À CERCA DA UNIDADE E DAS TAREFAS IMEDIATAS

O movimento popular de novo em ascensão

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho abre uma nova fase do processo revolucionário em Portugal.

O Movimento Popular de massas em torno da candidatura de Otelo recupera as energias e a força que o 25 de Novembro abalou profundamente, e aponta o caminho da organização de uma corrente revolucionária com participação importante e decisiva no processo político no período actual em que a luta no seio das instituições democrático-burguesas assume particular importância.

Do ponto de vista político forças até hoje divididas unem-se e juntam a si outras que o processo revolucionário, com o 25 de Novembro, tinha colocado numa posição vacilante entre a social-democracia e o socialismo.

Do ponto de vista social desce à rua e manifesta-se em apoio à candidatura de Otelo um amplo bloco de forças sociais que tornam realidade a unidade popular a que os revolucionários têm de responder unindo-se e correspondendo, assim, à grande e profunda aspiração do Povo à unidade.



Sem unidade não há vitória

A grande questão que o Movimento Popular em apoio a Otelo levanta é o da **unidade**. Sem unidade não há vitória. A unidade é a condição essencial para conquistar a vitória. Unidade do Povo. Unidade dos revolucionários. Unidade dos democratas e anti-fascistas. Unidade das forças políticas progressistas e revolucionárias verdadeiramente apostadas em lutar pelo triunfo da opção socialista em Portugal.

O MES apontou este caminho numa das princi-

pais conclusões do II Congresso.

Mas um homem, mesmo tratando-se de Otelo, não garante em definitivo a construção da unidade. É necessário continuar a reforçar, a partir deste momento, uma unidade cada vez mais real em torno da candidatura de Otelo, mas garantir, ao mesmo tempo, a organização das forças que despertam para esse apoio activo.

Se tal não suceder, estar-se-á dando rédea solta ao triunfalismo, e o sectarismo e espírito de grupo ressurgirão com mais força depois da data das eleições.

Não dar tréguas ao sectarismo e ao triunfalismo

Para lograr avanços sérios neste caminho difícil da unidade é necessário adoptar, a todos os níveis, uma política firme e intransigente de **combate sem tréguas ao triunfalismo e ao sectarismo**.

Se é útil do ponto de vista eleitoral, que as massas adquiram confiança no seu candidato, Otelo, os revolucionários, os quadros de vanguarda, os comunistas, devem combater o triunfalismo que aponta já como certa uma vitória eleitoral, sem prejuízo de também lutarem por ela.

É necessário, por outro lado, fazer compreender aos quadros políticos que as massas, o Povo, os trabalhadores, aspiram antes de tudo à unidade. É atendendo a esta justa aspiração do Povo que é necessário **combater o sectarismo**. É necessário encetar um profundo trabalho de luta ideológica e de organização que permita fazer compreender que os novos quadros surgidos no decurso deste movimento popular são capazes de assumir um papel na direcção real do processo.

Para cimentar esta linha de privilégio aos novos quadros é necessário impor e estabelecer mecanismos de funcionamento democrático nos GDUPs, ligar desde o início os GDUPs às massas vencendo as dúvidas que persistem em muitos trabalhadores e em muitas camadas do Povo explorado acerca do sentido da candidatura. As comissões de trabalhadores e de moradores devem manter a sua autonomia como órgãos próprios e essenciais ao desenvolvimento do Movimento Popular e ser articulados com os GDUPs e segundo as condições de cada zona, local de trabalho ou habitação.

Estas são as condições essenciais para o triunfo estratégico desta batalha que se ganha em cada momento, organizando o palmo a palmo novas estruturas onde o Povo tenha a palavra, e os mais destacados e os melhores quadros do Povo e do movimento de massas possam dirigir a todos os níveis.

As políticas do PS e do PCP não servem a unidade do povo

É preciso mostrar que a movimentação em torno de Otelo deve ser motivo de alegria e de confiança para os revolucionários e não motivo para agudizar contradições e estimular a divisão entre o Povo. Neste sentido é necessário chamar a atenção dos trabalhadores do PS e do PCP que a política dos seus partidos não serve a unidade do Povo e antes contribui para a impedir.

É necessário fazer da prática da acção mobilizadora de massas em torno da candidatura de Otelo um factor de educação das massas, de aprendizagem do exercício da crítica não sectária e motor de arranque de uma nova fase de luta e de organização das massas no nosso país, em que tenham lugar todos os que honesta e abnegadamente estão dispostos a colocar os interesses supremos da Revolução acima do sectarismo ou mesmo dos interesses particulares dos seus partidos, por mais vínculos que a eles os liguem, ou por maior respeito que lhes mereçam a sua tradição e a sua história.



É necessário unidade em torno do programa da candidatura de Otelo

O Comité Central do MES aponta a necessidade de que o programa da candidatura de Otelo se transforme num programa de luta capaz de ser avançado para além do processo eleitoral, condição essencial para que a unidade nascente não se esboee. Para tal é necessário lançar um poderoso movimento de discussão no seio, não só dos GDUPs, mas de todo o Movimento Popular em torno das questões económicas, sociais e políticas que hoje se colocam à classe operária e ao Povo do nosso país.

A GREVE NA ACADEMIA DE COIMBRA

«Fausto Cruz é um anti-fascista que o serviço de ordem do C. D. S. mandou prender por lhe ter caído do bolso uma navalha, quando era perseguido pelo dito serviço de ordem e pedia protecção a um polícia nas imediações do local onde se realizou o comício do C. D. S. no dia 4 de Abril em Coimbra.»

Fausto Cruz está preso há 2 meses sem ter sido julgado!

A direita avança: os patrões saboteadores regressam às fábricas, a Reforma Agrária é difamada e atacada, os professores nitidamente comprometidos com o regime anterior tentam regressar às escolas. Por tudo isto, os estudantes da Universidade de Coimbra em Assembleia Magna decretaram democraticamente greve total até à libertação do colega Fausto Cruz!

— Até à libertação do colega Fausto Cruz!

— Vivam as forças progressistas interessadas na construção de uma sociedade mais justa — o socialismo.

— Estudantes e trabalhadores — a mesma luta!».

(Transcrição de um comunicado da Comissão de Luta da Academia de Coimbra pela Libertação de Fausto Cruz — 5/6/76.)

Esta luta que os estudantes de Coimbra desenvolveram obteve já uma vitória parcial que foi a alteração da lei em Conselho «da Revolução», o que motivou a libertação condicional (dia 10/6/76) do colega Fausto Cruz.

É assim que mais uma vez a mobilização e a organização estudantil provam a sua força e firme determinação de barrar o caminho ao avanço do fascismo.

Todos nós devemos tirar as lições deste processo que não pode ser isolado de todo um conjunto de medidas que o M. E. I. C. tem vindo a avançar e que mais não visam do que lançar as escolas num caos tentando responsabilizar posteriormente as forças progressistas. Efectivamente não é por acaso que simultanea-

mente à prisão de Fausto, se reintegra o fascista Veiga Simão e nada se faz contra a acção de bandas fascistas nas escolas (ver os últimos casos dos liceus D. Leonor e Padre António Vieira).

Mas face a esta situação os estudantes organizam-se para dar uma resposta conseqüente a estas medidas. É assim que se assiste ao reerguer do Movimento Associativo com base em estatutos e programas antifascistas e anti-perialistas massivamente

MOÇÃO APROVADA NA I CONFERÊNCIA NACIONAL DOS ESTUDANTES DO M. E. S.

Os estudantes do M. E. S., reunidos na sua I Conferência no dia 5 de Junho em Lisboa, tendo conhecimento da decisão da Academia de Coimbra de decretar greve geral até à libertação do colega Fausto Cruz decidem:

1. Solidarizar-se com a luta dos estudantes de Coimbra, já que ela se insere na luta mais geral que os trabalhadores de todo o País têm vindo a travar contra a escalada das forças de direita.

2. Integrar-se e participar activamente na mesma de modo que ela se alargue não só a todos os estudantes como a todos os operários, camponeses e demais explorados deste País.

3. Denunciar a arbitrariedade da prisão do estudante liceal Fausto Cruz, situação tanto mais de repudiar quanto bem se conhece o a vontade com que grupos armados nazis actuam às claras praticando atentados bombistas e demais acções terroristas contra a vida e bens de elementos progressistas perante a passividade quando não cumplicidade das chamadas «forças da Ordem».

ENCONTRO NACIONAL DE DIRECÇÕES

Realizou-se no passado domingo, em Coimbra, um E. N. D. A., que pelo número de direcções associativas que conseguiu reunir e pelo tipo de propostas e formas organizativas aprovadas, constituiu um grande passo em frente no processo que neste momento se inicia de criação de uma U. N. E. P. democrática e verdadeiramente representativa de todos os estudantes portugueses.

Das 93 direcções presentes, algumas houve, afectas ao M. R. P. P., A. O. C., P. P. D., C. D. S., que desde o início, ao verem sistematicamente derrotadas as suas posições hegemónicas e reacçãoárias, entram em provocações e tentativas permanentes de boicote dos trabalhos que a

apoiados pelos estudantes (Economia, Agronomia, I. S. C. T. E., Liceu Passos Manuel, Liceu Nacional de Beja, F. E. U. P., etc.).

É pois necessário o empenhamento activo e militante de todos os antifascistas e revolucionários não só no sentido de reforçar as estruturas democráticas mas igualmente no sentido de construir uma verdadeira unidade revolucionária em todas as escolas que possibilite uma ligação efectiva à luta das massas populares.

maioria esmagadora das direcções pretendia levar a bom termo.

Não o tendo conseguido, optaram por abandonar a sala em bloco, tendo ficado à vista de todos os presentes as suas intenções de não se integrarem no processo de construção democrática da U. N. E. P.

O grande salto verificado nesta E. N. D. A., cifrou-se na prática pela eleição de uma proposta de funcionamento da Comissão Organizadora do Congresso de Formação da U. N. E. P. e pela eleição das escolas que integrarão doravante essa Comissão.

Em frente por uma U. N. E. P. democrática e representativa dos estudantes portugueses!

FESTA DO PODER POPULAR EM MERELIM-BRAGA

Realizou-se no passado domingo uma festa popular na aldeia de Merelim, perto de Braga.

Nessa festa participaram os cantores populares Zeca Afonso e Pedro Barroso, bem como representantes de Comissões de Moradores e de GDUP's locais.

O promotor da festa popular foi o Movimento Popular de Merelim, que tem vindo a trabalhar no sentido de alcançar os objectivos que se propôs, nomeadamente a partir da mobilização popular em torno de objectivos concretos de luta, das necessidades da população local, desde a Saúde, Habitação, até à alfabetização.

Por outro lado pretende o Movimento Popular de Merelim contribuir de uma forma decisiva para a organização dos trabalhadores no sentido da construção do Poder Popular a partir dessas necessidades, das formas de luta mais convenientes



tes a adoptar e das condições concretas em que é possível o avanço do movimento popular nesta zona, onde num passado ainda recente se fez sentir o terrorismo fascista e onde a reacção continua a procurar por todos os meios boicotar as lutas dos trabalhadores e desencorajar o movimento popular.

A Festa agora promovida veio mostrar, por um lado, a capacidade de iniciativa, organização e mobilização do

Movimento Popular de Merelim, e por outro, a força da unidade dos revolucionários e de todos os trabalhadores, entre os quais se encontravam não só os de Merelim, como também de algumas aldeias das redondezas e outras terras do Minho que ali se deslocaram para afirmar a sua solidariedade.

Mangualde-unidade vence

Aproveitando as condições políticas que lhes são favoráveis, os inimigos do povo, donos das fábricas, das terras e das casas, atacam em força e de todas as maneiras, tentando recuperar e aumentar a todo o custo os seus privilégios à custa do suor do povo.

Na passada segunda-feira a P.S.P., apresenta-se na casa Pinheiro, loja de um pequeno comerciante, com uma acção de despejo que lhe foi movida pelo senhorio. Razões: o senhorio queria ver aumentada a renda em dois mil es-

cudos, ao que se recusava o inquilino.

Mas a acção de despejo não foi cumprida!

A solidariedade do povo para com o pequeno comerciante não se fez separar. E daí a poucos minutos já cerca de cem pessoas se manifestavam junto à porta em seu apoio. Este número foi engrossando progressivamente, chegando a atingir mais de 200 pessoas.

O povo compreendeu que se deixasse efectuar aquele despejo, outros se efectuariam a seguir (os fascistas tomar-lhe-

iam o gosto). Por isso se uniu! Por isso não arredou pé até a P.S.P. se

ir embora! Por isso gritava «o povo unido jamais será vencido», «a loja não fecha por que o povo não deixa», «o povo não quer despejos», «o povo é quem mais ordena», e tantas outras palavras de ordem que mostravam a sua unidade e firmeza na luta!

O povo deu mais uma lição aos fascistas desta terra.

Provou que unido-se, ninguém lhe põe a pata em cima. Não há força que o vença!

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL, DE 13 DE JUNHO

Continuação da pág. 4

As 5 tarefas políticas imediatas

O Comité Central do MES aponta 5 tarefas políticas imediatas no actual momento face às condições criadas pela movimentação popular em torno da candidatura de Oteló:

1 — Aponar às massas o caminho da vitória acentuando que, nesta fase, esse caminho passa fundamentalmente pela vitória no trabalho de organização. A vitória consistirá não só em obter uma significativa percentagem de votos mas sobretudo em fazer persistir uma organização que, só poderá firmar-se, desenvolver-se e consolidar-se, se ultrapassar em muito o simples somatório numérico dos quadros dos partidos que apoiam a candidatura de Oteló

2 — Ganhar a batalha da consolidação dos GDUPs como órgãos que funcionem democraticamente, que sejam verdadeiramente unitários e enraizados nas massas. Organizar os GDUPs, dar-lhes direcção na base, ao nível intermédio, local, regional e nacional

3 — Garantir, sempre que possível, a realização de plenários por todo o País, antes do termo da campanha eleitoral, que garantam a eleição democrática de estruturas de direcção e coordenação dos GDUPs a nível local e distrital, única maneira de a unidade dos revolucionários se estreitar solidariamente com a unidade das massas e de se alimentarem mutuamente.

4 — Desenvolver todos os esforços para, como passo essencial no caminho da unidade do Povo e dos revolucionários, dar corpo, como resultado do amplo processo de mobilização popular em curso, a uma organização política de massas capaz de:

a) Ser um pólo de atracção para muitos democratas e socialistas que até hoje têm andado na órbita do reformismo ou iludidos pela política social-democrática do Partido de Soares;

b) Ser um interlocutor válido no campo da luta democrática, ao mesmo tempo apto para dinamizar as lutas de base e para impor condições políticas às instâncias de poder que estão consagradas na Constituição.

5 — Preparar no âmbito das tarefas da organização política de massas, como condição impres-



cindível para a sua construção e fortalecimento, a luta para a conquista de Autarquias Locais nas eleições que terão lugar até ao final do ano em curso.

O Comité Central do MES considera, em último lugar, que hoje, mais uma vez, só a compreensão exacta da necessidade histórica, para o triunfo do socialismo, da unidade entre os revolucionários e o Povo pode ser garantia do prosseguimento da luta, da resistência no caminho da vitória;

Da unidade Popular para o Socialismo.

A SOLUÇÃO POPULAR PARA A CRISE

Extractos da intervenção de Otelo em Grândola

Hoje, dia da abertura da campanha eleitoral para a escolha pelo Povo do primeiro Presidente da nova República, eis-me convosco em Grândola!

Porque escolhi Grândola para iniciar a campanha eleitoral para a Presidência da República?

Escolhi dirigir-me ao povo de Grândola em primeiro lugar, porque Grândola significa para mim, homem do 25 de Abril, o sinal de arranque para a caminhada da Liberdade.

Grândola significa também a adesão de todo o povo a essa arrancada antifascista, que nós todos aqui presentes não queremos que tenha fim enquanto existir em Portugal a ameaça do fascismo como forma de opressão do capitalismo.

Escolhi Grândola, companheiros, porque dois anos depois do 25 de Abril, Grândola continua a ser a palavra e a canção que acende uma esperança de liberdade no coração de todo o povo.

Escolhi Grândola porque nada poderá desligar Grândola do 25 de Abril... porque nada poderá apagar o nome de Grândola na história da Liberdade em Portugal.

Escolhi Grândola, a vila morena, porque há aqui um exemplo que temos que levar a Portugal inteiro: o povo é quem mais ordena!

Portugueses, Amigos e companheiros. A 25 de Abril de 1974 o regime fascista foi derrubado. Jovens oficiais das Forças Armadas tomaram a iniciativa de pegar em armas para derrotarem uma ditadura que ao longo de 48 anos mantivera o povo na miséria e na exploração, forçara os trabalhadores a emigrar, e lançara o país numa guerra sangrenta e injusta. A 25 de Abril os trabalhadores vieram para as ruas, em todo o Portugal gritar a sua alegria. Nos campos, nas fábricas, nos escritórios, nas escolas, a força popular fez esfumar de repente, o pesadelo fascista. O fascismo já não podia regressar às claras.

Que se passou em Portugal desde o 25 de Abril?

TRABALHADORES E MILITARES JUNTOS AGARRARAM COM AS MÃOS A LIBERDADE

(...) Os trabalhadores começaram a tomar consciência da sua própria força. Uniram-se e organizaram-se. Reuniram-se em plenários nos escritórios, nas fábricas, nas herdades, em muitas aldeias, nas escolas. Discutiram democraticamente os seus problemas. Agarraram com as mãos a liberdade.

(...) A aprendizagem da democracia foi a educação política concreta dos militares que tinham feito o 25 de Abril. O desenvolvimento da unidade do povo, o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores foi o apoio indispensável para os militares progressistas terem força para vencer as primeiras ofensivas da direita logo a seguir ao 25 de Abril, quer nas Forças Armadas, quer no aparelho de estado. Foi a força popular que deu força aos militares progressistas para isolarem os generais do antigamente, para evitarem o golpe Palma Carlos — Spínola, para criarem o COPCON.

Os trabalhadores ganharam nova força quando viram que os militares que estavam do seu lado estavam mesmo dispostos a substituir a Guarda e a fazerem desaparecer a polícia de choque do tempo de Salazar e Caetano.

FOI A LUTA DO POVO QUE FEZ AVANÇAR A REVOLUÇÃO

(...) O programa do MFA foi cumprido no essencial. Houve dificuldades, há dificuldades no cumprimento do programa quando ele exigia uma política económica posta ao serviço das classes trabalhadoras. Mas como é que o programa do MFA foi cumprido?

O programa previa que houvesse partidos políticos? Não previa. Como é que se conquistou a liberdade de haver partidos? Foi em conversas de corredor no Terreiro do Paço ou foram os trabalhadores que impuseram os partidos

políticos? O programa do MFA previa que se pusesse fim à guerra colonial, que se reconhecesse a independência dos povos das então colónias? Não previa. Como é que se conquistou uma descolonização progressista? Foi em conversas de gabinete com os velhos generais de antigamente ou foi aliando os movimentos de libertação nacional, os militares progressistas e os trabalhadores portugueses contra o inimigo comum, o imperialismo? Como é que se ganhou a descolonização: foi pactuando com os colonialistas disfarçados ou foi impondo-a pela luta numa aliança progressista e popular?

Foi a unidade dos trabalhadores, a sua organização democrática, a dinâmica da sua luta, criando condições para os militares aprenderem com o povo a prática da democracia, que permitiu conquistar a reforma agrária e a descolonização, lançar as nacionalizações e o controlo operário, firmar a liberdade contra as ofensivas da burguesia e do imperialismo, aumentar os salários de miséria, conquistar o direito à greve, defender a liberdade de imprensa, de associação e de reunião. Foi assim que foi possível fazer uma Constituição que consagra muitas das vitórias alcançadas depois do 25 de Abril. Foi assim que os trabalhadores portugueses começaram a conquistar a dignidade, a alegria, a conhecerem o valor da camara-



A solução

radagem, a terem esperança num futuro melhor, a terem razão para terem esperança num futuro melhor.

QUEREM UM PRESIDENTE QUE PONHA A CONSTITUIÇÃO AO SERVIÇO DO CAPITAL

Os donos das fábricas e os senhores das terras sofreram assim derrotas pesadas. Mas a burguesia e o imperialismo não desistiram de dominar totalmente Portugal e os portugueses. Os capitalistas, os antigos

listas? Que maneira é que usam? o que é que querem? O que é que prometem e o que é que nos preparam?

PARA A BURGUESIA; AS VITÓRIAS DOS TRABALHADORES SÃO ERROS...

A maneira como a direita ataca é sempre a partir dos erros dos trabalhadores. A burguesia agarra num erro, agarra na divisão dos trabalhadores e avança. Avulva esse erro, põe nos jornais em grandes letras e divide assim os trabalhadores.

É o que se passa com a reforma agrária. Os partidos da direita não dizem que são contra a reforma agrária. Dizem que são contra esta reforma agrária, dizem que se cometeram muitos erros, muitos excessos. Dizem que os trabalhadores têm que perder poder, têm que ganhar menos.

(...) Quando a burguesia afirma que os trabalhadores cometeram erros e excessos no domínio da Reforma Agrária, nas nacionalizações, no controlo operário, o que a burguesia está a dizer na sua linguagem é que a Reforma Agrária foi um grande triunfo dos trabalhadores, que os trabalhadores portugueses manifestaram uma grande maturidade, uma grande capacidade de luta, uma grande iniciativa, não só nas herdades do sul, mas também nas fábricas, nas escolas, nos escritórios, nas oficinas, nas repartições públicas.

A DIREITA NÃO TEM A FORÇA NECESSÁRIA

A direita tomou o freio nos dentes. Avança. Cada dia exige mais. Cada dia ataca mais. De hoje facadas nas costas daqueles a quem ontem dava pancadinhos amistosos. Mas a direita não tem a força necessária que lhe permita impôr o seu plano para a crise, que lhe permita aumentar o desemprego e os preços, baixar os salários, profissionalizar as Forças Armadas. O campo popular reagrupa forças. Reorganiza-se. Faz as contas dos erros cometidos. Corrige-os. Os trabalhadores não se dão por vencidos. Os trabalhadores sabem que há uma crise grave em Portugal e estão dispostos a lutar para que a solução dessa crise não seja a dos donos das fábricas e dos senhores da terra. Os trabalhadores estão a somar forças para vencerem a crise.

A esperança da burguesia reacende-se com as eleições para a Presidência da República. Todos os grandes partidos políticos burgueses, juntamente com outros grupos políticos bem conhecidos que se dizem da extrema-esquerda, juntamente com a CAP e a CIP, que todos bem sa-

bem o que são, unem-se harmoniosamente em volta do seu candidato. Do outro lado, o Povo trabalhador deve unir-se também, muito fortemente, para se opor ao outro campo. Os dois campos em luta, o dos explorados e o dos exploradores, estão uma vez mais perfeitamente definidos nas eleições presidenciais.

DINAMIZAR A UNIDADE POPULAR

Amigos, façamos com que os Grupos Dinamizadores de Unidade Popular, que foram criados especialmente para esta campanha presidencial, venham a ser formados por companheiros das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, dos Conselhos de Aldeia ou mesmo que não pertençam a nenhuma dessas organizações, venham a ser constituídos por todos os que, nas fábricas, nas aldeias, nos bairros, apoiem a minha candidatura. E façamos que eles venham a ser coordenados pelos melhores de entre eles, eleitos devido às suas qualidades de inteligências, honestidade, capacidade de trabalho, iniciativa e intuição política, que pertençam ou não a qualquer partido ou grupo político.

Vamos transformar esses «Grupos Dinamizadores em conjuntos de homens e mulheres honestos e eficientes, que em todo o país, através de uma acção política firme, esclarecida e correcta, orientem, dinamizem e organizem, num verdadeiro sentido de unidade, os órgãos populares de base e os cidadãos de forma geral. Que esses grupos, no entanto, não se deixem contaminar por lutas partidárias de qualquer espécie nem se deixem infiltrar por elementos cujo fanatismo partidário transportado para o seio do grupo, fará romper a curto prazo a tão necessária unidade e organização.

O primeiro princípio da solução popular para a crise é este: é a unidade organizada dos trabalhadores, é a mobilização dos trabalhadores, é o princípio que o COPCON sempre aplicou: as forças armadas e militarizadas não reprimem os trabalhadores, dialogam com os trabalhadores.

O segundo grande princípio consiste em contar com as nossas próprias forças. Os trabalhadores, contando com as suas próprias forças, ousando vencer, vencerão.



Também o Norte, com o seu apoio entusiástico à candidatura do homem do 25 de Abril, tem demonstrado o desejo de avançar na construção de uma sociedade mais justa.

se muito grave e muito difícil? Há quem tenha dúvidas: são os que sempre tiveram dinheiro e continuam a tê-lo. Esses não sentem a crise. Os desempregados, os trabalhadores que só trabalham três ou quatro dias por semana, os estudantes que saem da universidade, das escolas técnicas ou dos liceus e que não arranjam emprego, os trabalhadores da indústria e do comércio que vêem os preços a subir, os patrões a fugir aos contratos colectivos, as donas de casa que vão às compras ver os géneros a desaparecerem ou a atingirem preços de fogo, os casais jovens que querem casar e não podem porque não arranjam casa ou não arranjam emprego, os reformados que vêem as pensões a diminuir todos os dias, os pequenos e médios agricultores e reideiros que não sabem se vão vender a colheita, nem sabem a que preço vão vendê-la, esses, os trabalhadores, o povo, não precisam que lhes venham dizer que há uma crise.

Os partidos que afirmam defender os trabalhadores, todos sem excepção, têm que se submeter à democracia dos trabalhadores. Se não se submeterem, estão a dividir os trabalhadores.

O primeiro princípio da solução popular para a crise é este: é a unidade organizada dos trabalhadores, é a mobilização dos trabalhadores, é o princípio que o COPCON sempre aplicou: as forças armadas e militarizadas não reprimem os trabalhadores, dialogam com os trabalhadores.

O segundo grande princípio consiste em contar com as nossas próprias forças. Os trabalhadores, contando com as suas próprias forças, ousando vencer, vencerão.

SERÁ QUE OS CAPITALISTAS SÃO TRABALHADORES?

Quem são os trabalhadores? São todos os que vivem do seu trabalho e só

têm o seu trabalho para viverem. São os empregados de escritórios, os funcionários públicos, os operários de indústria, os trabalhadores agrícolas, os pequenos e médios agricultores e reideiros, os comerciantes pobres. Será que os capitalistas são trabalhadores? Os capitalistas têm vergonha de serem chamados por este nome. Chamam-lhes empresários, homens da iniciativa privada e agora, até já há quem lhes chame também «empreendedores». Será que esta gente se pode chamar de trabalhadores? Não. Há alguns capitalistas que trabalham e outros que só vivem dos rendimentos. Mas tanto uns como os outros, não vivem do seu trabalho, vivem dos lucros e das rendas das terras ou dos prédios. Os capitalistas não fazem parte do povo trabalhador. Há alguns capitalistas com os quais o povo, estando no poder, pode chegar a acordo, para certos fins, e há outros capitalistas, grandes capitalistas com os quais o povo nunca pode chegar a acordo para coisa nenhuma. Mas nenhum capitalista faz parte do povo trabalhador.

O terceiro grande princípio é o da independência nacional. É recusar pseudo-soluções para a crise que só reforçam o poder dos imperialistas em Portugal. É os trabalhadores portugueses aliarem-se aos países do terceiro mundo que respeitam a nossa independência nacional e aos trabalhadores espanhóis, franceses, italianos, alemães, ingleses, suecos, aos trabalhadores de todos os países capitalistas avançados para impôr aos países imperialistas a política que nos for conveniente.

É com estes princípios que vamos construir a alternativa popular para a crise, são estes os princípios da solução popular para a crise.

Uma política só é popular e progressista se respeitar estes princípios, se os aplicar escrupulosamente. A política basear-se-á sempre na mobilização política dos trabalhadores.

Qual é a política que sairá destes princípios essenciais? Caberá ao programa de governo propô-la, cabe-



Otelo para Presidente — exige Grândola, vila morena, onde o povo é quem mais ordena.

rá aos técnicos estudar as várias alternativas técnicas. Sobretudo os trabalhadores terão que discutir democraticamente as grandes questões de fundo.

Essa política consistirá em melhorar o nível de vida dos portugueses construindo as casas que podemos fazer com as nossas próprias forças. Aumentar o emprego aumentando a produção. Cortar as importações desnecessárias. Aproveitar integralmente os recursos portugueses. Desenvolver as técnicas que nos permitam valorizar os nossos produtos e construir máquinas em sectores estratégicos. Em tomar a agricultura como base de desenvolvimento, melhorando a adubagem, fomentando e desenvolvendo as forças produtivas rurais.

HABITUADOS A SACRIFÍCIOS ESTÃO OS TRABALHADORES

Daqui até chegarmos a essa sociedade nova, haverá sacrifícios. Mas os trabalhadores sabem fazer sacrifícios e estão dispostos a fazê-los, como mostraram os trabalhadores do Alentejo na luta pela reforma agrária. Habitua-os a sacrifícios estão os trabalhadores. Os trabalhadores só podem uma condição para fazerem sacrifícios: é que os sacrifícios sejam decididos democraticamente pelos trabalhadores. Outros sacrifícios, os trabalhadores não os aceitam.

Os trabalhadores que tiveram força para impôr as liberdades, para conquistar a reforma agrária, para arrancarem as nacionalizações e o controlo operário, para defenderem o direito à greve, para defenderem a descolonização, os trabalhadores que derrotaram os donos das fábricas e os senhores da terra no 25 de Abril, no 28 de Setembro, no 11 de Março, os trabalhadores terão as forças para imporem a sua solução para a crise, os tra-

balhadores, do campo e da cidade, das fábricas, dos escritórios, das repartições públicas, os trabalhadores rurais, os pequenos e médios agricultores e reideiros, os comerciantes pobres e remediados saberão repudiar o plano da burguesia que conduz ao desemprego, à alta de preços, e ao fascismo.

Uma unidade dos trabalhadores, construída nos seus órgãos democráticos, a mobilização dos trabalhadores, construída nos seus órgãos democráticos, a mobilização dos trabalhadores, a dinâmica criadora da sua luta, a confiança nas próprias forças serão a garantia de que os trabalhadores podem vencer a crise. Os trabalhadores ousaram lutar e obtiveram vitórias. Se ousarmos continuar a lutar, venceremos. Se construímos a unidade dos trabalhadores, na luta e em órgãos democráticos dos trabalhadores, venceremos.

A vitória levará um dos trabalhadores ao p através dos seus legítimos e honestos representantes. Então, teremos, finalmente, a democracia em Portugal. E serão os trabalhadores que com a sua força, a sua união, a sua capacidade, sua vontade, construirão a sociedade de justiça, de esperança, de paz que tanto ambicionamos: a sociedade socialista, a sociedade de trabalhadores, onde todos os portugueses tenham as mesmas oportunidades e os mesmos direitos.



Cova da Piedade — em volta da candidatura de Otelo, por cima das divergências partidárias, cresce, dia a dia, a unidade dos trabalhadores

Otelo — um apoio de massas cada vez maior

Dia a dia, em volta da figura de Otelo, um amplo movimento de massas se vai afirmando.

Hoje já não é possível ignorar ou minimizar o significado desta candidatura, ao nível da unidade, da mobilização e da organização do povo trabalhador.

Fermento em massa fresca, os GDUP's, estruturas unitárias que agrupam todos quantos se aglutinam em volta da candidatura de unidade popular, poderão ser o embrião de formas organizativas que, além da campanha e dos resultados eleitorais, cimentem e suportem a luta do povo contra o fascismo e o capitalismo, para o socialismo.

É significativo que um jornal reaccionário como o Expresso defina, em título, Otelo como «fenómeno que atrai multidões», ao mesmo tempo que em primeira página se interroga:

«Porque não vão as pessoas aos comícios da candidatura de Eanes?».

De facto, neste momento, só a Imprensa afecta ao PCP persiste em fazer do branco preto, minimizando a importância da candidatura de Otelo, reduzindo o significado das manifestações que se desenvolvem à sua volta.

É com espanto e indignação que os próprios militantes do PC assistem ao ataque encarnado por parte dos seus dirigentes ao homem do 25 de Abril, ao mesmo que se mantêm a «não hostilização» ao homem do 25 de Novembro, o anticomunista-confesso Ramalho Eanes. Como compreender?

A campanha avança, o entusiasmo cresce. São já centenas de milhares os que entusiasticamente saudaram Otelo, pelo País fora.

A candidatura de Otelo é imparável porque é o movimento popular quem a sustenta.

Quem tem medo de Otelo? Quem não quer o socialismo?

Segunda-feira, 7

A viagem à zona da Covilhã fica a constituir mais um marco memorável neste passeio triunfal que Otelo vem realizando, de Norte a Sul, por todo o País.

Tendo-se deslocado em táxi aéreo até à Covilhã, Otelo dirigiu-se para Unhais da Serra, sendo saudado, ao longo da estrada, por milhares de trabalhadores.

A população de Unhais, nomeadamente a numerosa classe operária da indústria têxtil dispôs uma recepção vibrante a Otelo. Pode dizer-se que a população inteira veio para a rua. Depois de uma visita à fábrica Penteadora, Otelo foi rodeado pelas operárias que exigiram ouvir o candidato popular. Mais uma vez Otelo salientaria a necessidade de «construir uma unidade muito grande, pois só assim todos os explorados poderão construir a sociedade mais justa por que lutamos».

Seguiram-se visitas à Nova Penteação, uma das maiores unidades têxteis da região e à Ernesto Cruz, Ld.ª. Em ambas o entusiasmo das operárias foi enorme. Todas queriam manifestar o seu apoio ao homem do 25 de Abril, «o homem» — segundo as palavras de uma delas — «a quem todas devemos uma parte da nossa liberdade, que não permitiríamos que os do golpe de 25 de Novembro nos voltem a retirar».

Finalmente Otelo estava presente numa concentração organizada pelos GDUP's da região, no Largo do Pelourinho, no centro da Covilhã.

Foi num ambiente de um calor muito grande que, após intervenções de um operário têxtil, do presidente do Sindicato da Construção Civil e de um professor, Otelo expôs os objectivos da sua candidatura — a unidade do povo e o desenvolvimento da sua luta pela defesa e aprofundamento das conquistas da Revolução.

Autoritário, ameaçador, tortuoso, demonstra que só está disposto a «servir o povo» com uma condição: ser ele, Eanes, e não o povo, a definir o que é que é bom para o povo, o que é que serve os seus interesses.

Afirmações como a de

Quarta-feira, 9

A MESA-REDONDA NA TV

Terça e quarta-feira, a série de contactos com o povo conhece breve pausa. No primeiro destes dias, para descanso.

No segundo, para que Otelo pudesse participar através da TV numa mesa-redonda juntamente com os outros candidatos.

Mesa-redonda que, aliás, esteve longe de satisfazer a expectativa do povo português visto que pouco acrescentou ao que já era sabido, tanto no que diz respeito a muitos factos recentes e nebulosos do processo político português (como seja o 25 de Novembro, a prisão de Otelo, etc.) como quanto ao significado das quatro candidaturas.

Pinheiro de Azevedo demonstrou mais uma vez a sua falta de tacto: afirmações vazias de conteúdo umas, cheias de significado outras, revelando descaída e orgulhosamente as negociações da política burguesa, que normalmente são tão religiosamente escondidas dos olhos do público. Coisas como a original tese sobre a dependência nacional são muito úteis à tarefa decisiva de abrir os olhos a quem ainda os tem fechados.

Octávio Pato repetiu por várias vezes que o seu partido defende as conquistas do povo português. Só não explicou como é que a sua candidatura contribuiu para essa defesa, pois que não tendo qualquer hipótese de vitória, apenas serve para dividir o campo popular.

Ramalho Eanes demonstrou ser um oficial do Exército bem imbuido do espírito militarista, formado nos princípios de uma disciplina militar de que todos conhecemos o significado...

A visita a Braga foi empolgante. Na Freguesia de Adáufo, no bairro da Alegria e na Freguesia de S. Vitor sucederam-se as concentrações por todo o lado, o apoio, a decisão de com Otelo resistir, lutar e vencer.

Numa das intervenções que fez, o companheiro Otelo salientou:

que se vai embora se o povo votar Otelo (antes a «liberdade» no estrangeiro do que aceitar a vontade do povo em Portugal...) definem tudo.

Otelo pecou, não por aquilo que disse (a resposta a Pato e a saudação final foram muito significativas) mas, precisamente, pelo que não disse.

Otelo aceitou as regras que o moderador ali apresentou e que serviam os outros candidatos mas não a quem se coloca em terreno perfeitamente diverso.

Assim Otelo não foi denúncia, não foi a voz do povo explorado que luta contra os seus opressores. Ficou muito, ficou quase tudo por dizer.

Faltou sobretudo a razão da candidatura, a demarcação clara de classe em relação aos candidatos da burguesia, como em linguagem tão simples e incisiva definiu a camarada Olímpia, assalariada rural, hoje trabalhando numa cooperativa no Alentejo:

«É que quando o general Otelo estava à frente do COPCON, tínhamos soldados do nosso lado, a ajudar-nos, e hoje temos a tropa e a GNR, lá, mas contra nós».

Quinta-feira, 10

VIAGEM AO NORTE

Na quinta-feira Otelo esteve de novo com as massas trabalhadoras, desta vez em viagem relâmpago pelo Norte do País.

E mais uma vez, a demonstração impressionante da confiança muito grande, do apoio e do carinho que as massas trabalhadoras dedicam ao comandante do 25 de Abril.

Logo no aeroporto de Braga, aonde chegou pouco depois do meio-dia, Otelo era aguardado por centenas de braços erguidos e bandeiras vermelhas.

A visita a Braga foi empolgante. Na Freguesia de Adáufo, no bairro da Alegria e na Freguesia de S. Vitor sucederam-se as concentrações por todo o lado, o apoio, a decisão de com Otelo resistir, lutar e vencer.

Numa das intervenções que fez, o companheiro Otelo salientou:



Marinha Grande — os ataques de Otávio Pato não ficaram sem resposta

«Em Braga, terra conhecida pelo apoio reaccionário dispensado a grupos como o ELP e o MDLP, onde existe apenas um médico para 2500 pessoas, os trabalhadores têm de estar unidos para atingir a verdadeira democracia e o socialismo».

Foi no meio de constantes aplausos e palavras de ordem gritadas por todos a plenos pulmões que Otelo abandonou Braga, a caminho de Guimarães.

Aqui, esperava-o uma manifestação como a cidade não via, talvez, desde o 1.º de Maio de 1974.

Na Alameda Resistência ao Fascismo comprimiaram-se milhares de pessoas para saudar o candidato do povo.

Foi com dificuldade que os serviços de ordem abriram caminho até ao coreto por entre a multidão vibrante que queria ver de perto, tocar, se possível no homem que querem colocar na Presidência.

De cravo na mão, sorridente, constantemente aplaudido, Otelo cantou com a multidão o «Grândola, Vila Morena». Depois falou mais uma vez do seu programa e da unidade indispensável. Começaria por dizer:

«Como se vê, o 25 de Novembro não adormeceu o povo português. É imperioso que o espírito deste povo se mantenha também, nos militares, para que estejam sempre do seu lado e nunca aceitem participar

na sua repressão. Em 25 de Abril o povo dizia que unido, jamais seria vencido. Pois é preciso que essa união se mantenha para assegurar a unidade nacional, que defenderá a sua independência, o seu bem-estar, a sua liberdade, o seu direito à saúde, ao ensino e à habitação».

«Última terra a ser visitada foi Barcelos, onde mais uma vez se repetiram entusiasmos e confiança».

Depois de uma paragem no Bairro 1.º de Maio, Otelo falou ao povo concentrado no Largo da Porta Nova, no centro da cidade. Começou por referir as falsas divisões que os reaccionários criam entre os trabalhadores do Norte e do Sul, pois «as provas que hoje recebi demonstram o que eu já sabia — que o povo do Norte não é de modo nenhum reaccionário, antes se integra no mesmo povo que por todo o País deseja construir uma sociedade mais justa».

Fez depois um apelo aos militares para que nunca aceitem colocar-se contra o povo, convidando os responsáveis militares a concentrarem a sua atenção sobre os terroristas da direita, do ELP e do MDLP, sugerindo que, em caso de necessidade, essas autoridades pedissem o apoio do povo contra esses inimigos da ordem, da paz e da liberdade.

«Como se vê, o 25 de Novembro não adormeceu o povo português. É imperioso que o espírito deste povo se mantenha também, nos militares, para que estejam sempre do seu lado e nunca aceitem participar

Sexta-feira, 11

ADFA

Na sexta-feira Otelo deslocou-se à Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Foi um convívio quente e amigável. Aliás Otelo conhecia pessoalmente muitos deles.

Num curto improviso, Otelo referiu-se ao problema dos deficientes que, entre civis e militares atingem perto de um milhão no nosso país.

Começando por enaltecer o papel progressista e o exemplo combativo que os deficientes deram já por diversas vezes, apesar das tentativas que a direita fez, sempre sem êxito, para os instrumentalizar, Otelo referiu a necessidade de integrar todos estes homens na



Guimarães — tudo na rua para saudar Otelo

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração · Redacção Av. D. Carlos I, 132, Lisboa, telefone 56 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 — Lisboa

sociedade, «pois que o que eles exigem é oportunidade de trabalhar, e não esmola».

«Mas — salientou — essa integração só será possível quando esta sociedade for alterada. Os acidentes civis dão-se aos milhares porque os patrões pouco se importam com a segurança dos seus operários, porque a medicina preventiva não está desenvolvida».

«Quanto aos deficientes das FA, eles têm no corpo gravadas as marcas de uma guerra injusta, feita para o proveito de meia dúzia».

Sábado, 12 ABERTURA OFICIAL DA CAMPANHA GRÂNDOLA — COVA DA PIEDADE

No sábado, abriu oficialmente a campanha. Otelo escolheu, pelo seu significado, Grândola para esta ocasião.

Mais uma vez, foi grande o entusiasmo, e a praça principal encontrava-se cheia de povo exigindo Otelo para presidente.

Do importante discurso ali proferido reproduzimos nas centrais, as principais passagens.

Seguidamente Otelo dirigiu-se à Cova da Piedade. Zona operária onde o PCP — o mais feroz detractor de Otelo — tem forte implantação, o campo de futebol foi pequeno para conter quantos queriam saudar o **PRESIDENTE DO POVO**.

Quem ousa duvidar ainda da importância fundamental de que se reveste a candidatura de Otelo para a luta do povo português pela sua libertação?

Quando compreenderá o PC isto?

Insistindo no ataque feroz, na política baixa, contra a candidatura de unidade de popular, o PC faz o jogo de quem?

Esta dúvida já há muito que não é só nossa. Muitos simpatizantes do PCP se interrogavam em Grândola, na Cova da Piedade.

A resposta que o PC vai dando é cada vez mais preocupante...

Domingo, 13

Otelo realizou, no domingo uma digressão pelo Centro do País. Visitou Torres Vedras, Peniche, Gaeiras, Caldas da Rainha, Nazaré, Marinha Grande e finalmente Coimbra.

Por todo o lado os cravos, os braços erguidos, as palavras de ordem entusiásticas, a confiança e o apoio de um povo para quem esta candidatura se vai transformando, dia a dia, em bandeira, em etapa histórica da luta de classes em Portugal.

A Marinha Grande é uma terra com tradições de luta e onde é de todos conhecido a grande implantação do P. C. P. Dois dias antes, Pato fizera ali um comício onde atacara fortemente Otelo. Isto não impediu que a recepção ao «comandante de Abril» fosse triunfal, aliás muito superior, em número e em entusiasmo, àquela de que o candidato do P. C. P. fora alvo.

Na Praça Stephens, aproximavam-se milhares de trabalhadores, e era significa-



Coimbra. Foi perante um pavião completamente cheio que Otelo expôs os objectivos da sua candidatura

PRÓXIMA SEMANA

DIAS:

- 15 — Chaves/Bragança/ vila Real
- 16 — Amarante / Régua / Lamego / Viseu / Aveiro
- 17 — Porto
- 18 — Funchal
- 19 — Terceira
- 20 — Barreiro / Moita / Viana / Cuba / Beja / Évora
- 21 — Setúbal

Nota: os sublinhados indicam comícios.

tivo observar o grande número dos que, ostentando emblemas do P. C. P., vitoriam entusiasticamente Otelo aos gritos «O povo segue em frente com Otelo a Presidente».

Otelo aproveitou o ensejo para responder a algumas das acusações de Pato, proferidas naquele mesmo lugar: afirmou aquele que Otelo anda a fazer falsas promessas, porque não tem força militar nem política para as cumprir.

Otelo responderia que não fez quaisquer promessas demagógicas ao povo. Pelo contrário, tem vindo a apresentar um programa de luta e unidade que só os trabalhadores, com a sua força, podem obrigar a que vá por diante.

E prosseguiu:

«O que eu prometo — disse — é utilizar a força política que o povo me der como Presidente da República para ajudar o povo a resolver os seus problemas. Sozinho não posso fazer nada. A única coisa que eu prometo é estar ao lado das lutas populares». Otelo retorquiu que Octávio Pato também não dispõe de força militar, nem de grande força política, e que a tendência do P. C. P. tem sido sempre a de se encostar ao lado da força e por isso é que hoje diz que apoiará o candidato militar que vier a ganhar as eleições.

Em Coimbra Otelo era aguardado por enorme massa de simpatizantes que enchiam por completo o Pavilhão dos Olivais.

Depois de várias intervenções de apoio, de entre as quais destacamos a que foi realizada por Jorge Abegão em nome da Comissão

de apoio dos ex-militares a Otelo (que reproduzimos na página 12), Otelo referia que a sua candidatura incomoda e assusta muita gente: «os que se preparavam para, tranquilamente, espalhar a marcha do povo para o socialismo; os que estão dispostos aos compromissos e conciliações necessárias para que a revolução se interrompa, sob a aparência de que permanece viva; os que tinham já passado certidão de óbito às organizações populares de base, como factores de aprofundamento do processo que nos conduzirá ao socialismo».

Acerca dos outros candidatos, Otelo referia ainda:

«Seria interessante uma comparação entre a fraseologia dos governantes anteriores ao 25 de Abril com as afirmações de alguns candidatos e de alguns políticos que apoiam agora estas figuras importantes. Ver-se-ia como a identificação ou as identificações mais insuspetadas surgiram à luz do dia. Isto não se deve principalmente a má fé subjectiva desses homens, mas sim ao facto de não se terem libertado da longa deformação a que foram moldados nas escolas e na prática, nas instituições que serviram. Por mais declarações solenes que façam, sentem-se mal nesta nova ordem constitucional, pois toda a sua mentalidade está marcada, profundamente marcada pelo pavor das grandes transformações sociais, do nascimento de uma sociedade nova, que vitoriosamente e sem desfalecimentos avançará para o socialismo.»

PCP

—da maioria de direita ao voto inútil em O. Pato

A actuação do PCP nestas eleições presidenciais tem sido, para amplas massas de trabalhadores deste país, extremamente esclarecedora.

O descaramento com que muda de teses conforme as conveniências, a facilidade com que sacrifica os interesses da unidade e da luta do povo aos seus compromissos e tentativas (aliás frustradas) de conciliação com a burguesia, de acordo com as estratégias de actuação seguidas pelos vários PCs europeus mas que não são de certo as mais adequadas à situação portuguesa causam um descrédito mesmo entre os seus militantes.

O apoio que a candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho tem sabido despertar em massas de trabalhadores cada vez mais amplas, tem provocado da parte do PC uma campanha histérica de difamações e calúnias cujo baixo significado é ainda sublinhado pelo facto de simultaneamente aquele partido afirmar que não hostilizará os outros candidatos — (os da direita, precisamente) e que apoiará o que sair vencedor (1), referência a pensar no anti-comunista Eanes que até já afirmou que não aceitará o apoio do PCP.

Sucedem-se os ataques a Otelo, baseados em argumentos tão frágeis que são verdadeiros insultos aos simpatizantes do PCP.

Na Marinha Grande, Pato afirmou que Otelo faz promessas que não poderá cumprir por não dispor de força política ou funções militares para isso.

Isto é ridículo! Quer dizer que se Otelo ganhar as eleições não tem força política? E o Presidente da República não terá acaso importantes funções militares? Chefe de Estado Maior das Forças Armadas será um cargo subalterno?

Mas não ficam por aqui os disparates!

Em Lisboa, na Fonte Lumínosa, onde teve lugar o maior fiasco desde sempre realizado pelo PCP (escassos milhares de pessoas num comício em Lisboa, com ampla propaganda, cantores e o candidato à PR).

Pato acusou a candidatura de Otelo de divisionista e de atacar sobretudo o PC, para alegria da direita.

Quem é que divide a esquerda? É Otelo, candidato supra-partidário, que vem recolhendo por todo o lado apoio triunfal de milhares de trabalhadores dos mais diversos partidos, que à hora em que estas baseieiras eram pronunciadas recebia o apoio de 15.000 pessoas na Cova da Piedade! Ou não será antes Octávio Pato, candidato partidário, jogada de recurso de um PC cuja política de namoro com forças burguesas que

lhe não dão «troco» o deixou «descalço» para estas eleições?

O PCP não quer ver aquilo que milhares de trabalhadores por todo o País já sentiram claramente: que a candidatura de Otelo é a única que pelas suas características possibilita o relançamento do movimento popular de massas ao nível e com a capacidade de iniciativa anterior ao 25 de Novembro.

E mais: quem ataca quem? Alguém tem dúvidas de que Pato não faz outra coisa senão atacar a candidatura de unidade popular de Otelo para alegria da direita?

A terminar, uma palavra sobre o cartaz do PC que juntamente reproduzimos: após uma campanha para as legislativas centrada em torno da utilidade do voto



no PCP porque permitiria construir uma maioria de esquerda — o que já está mais do que provado ser um grandíssimo barrete — o PC volta agora à vaca fria de forma tão deslocada que deixa desarmado e boquiaberto qualquer observador. Útil votar em Pato, porque?

Vai ganhar o quê? Vai construir que maioria, desta vez?

Francamente! O PC deixou de falar português!

ESTALEIROS DE VIANA Operários do PC e MDP apoiam Otelo

O movimento de apoio à candidatura de Otelo, independentemente dos apoios ou questões partidárias, não pára de crescer. Trata-se dum ponto de decisiva importância para superar a divisão a que os trabalhadores estão sujeitos pelas políticas e interesses partidários dos que, dizendo o contrário, mais não fazem do que afastar os trabalhadores daquilo que os pode e deve unir.

E, hoje, a candidatura de Unidade Popular de Otelo é isso mesmo: a possibilidade de, entroncada nos GDUPS, essa unidade de interesses dos explorados e oprimidos se consubstanciar numa idêntica unidade de acção.

Unidade de acção de um forte e amplo movimento de massas que seja capaz de, combatendo as tentativas de recuperação capitalista que o 25 de Novembro possibilitou, defender tudo o que já foi alcançado pelo seu esforço de luta e retomar a iniciativa, de novo com o movimento dos soldados sempre a seu lado.

Transcuremos a seguir mais um exemplo, que se vem juntar a tantos outros já conhecidos, desta disposição de unidade e de resistência popular que as massas trabalhadoras sentem ser o fundamento, que é também o seu, da candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho e do amplo movimento de entusiasmo que ela suscita por todo o país.

Trata-se de um manifesto de apoio a Otelo subscrito por 40 camaradas operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, filiados no PCP e no

MDP/CDE. Saudamos efusivamente a disposição de unidade destes mesmos camaradas, que assim souberam vir engrossar o movimento popular que exige Otelo na Presidência!

CARRIS

Para que serve a PSP?

Os 2 trabalhadores da Carris assassinados em pleno trabalho por ladrões e assassinos mostram-nos com triste clareza que a G. N. R. e a P. S. P., e até todas as forças militares em geral, não dirigem os seus esforços reais para combater os terroristas e bombistas do E. L. P. e do M. D. L. P., os marginais, os assassinos.

Com este bárbaro assassinato e com a indignação do povo de Lisboa e mesmo de todo o País, a Polícia Judiciária lançou o seu aparato para recuperar o seu «prestígio». Mas no assassinato do padre Max também não descobriram nada; no atentado à Embaixada de Cuba também não; nas centenas de atentados à bomba verificados desde 11 de Março de 75 também não. Oxalá estes assassinos sejam presos, mas verdadeira justiça, a justiça do povo trabalhador, quando vier não será só dirigida para esses frutos podres da sociedade, mas há-de atacar-lhe as próprias raízes: o capitalismo feroz, o fascismo, a miséria e a mentira.

CUBA Revolução impossível?

A revolução cubana, processo original de luta contra a miséria, a exploração e o imperialismo, processo criador onde as experiências de outras revoluções foram adaptadas às condições concretas da situação e da sociedade cubana, constitui imenso manancial de ensinamentos preciosos para todos os revolucionários.

Mas sobretudo hoje, num momento em que, após um período de descrença, as massas populares de novo se movimentam e se lançam na luta, galvanizadas pela candidatura da Unidade Popular de Otelio à Presidência, é imperioso demonstrar que **não há revoluções impossíveis, que a Independência Nacional não é idealismo, que o Socialismo é possível.**

É isto é tanto mais importante quanto é certo que não falta já hoje quem afirme que o programa de Otelio é bonito (que concordam com ele no campo dos princípios, etc.) mas que é irrealizável, idealista ou romântico.

Orá haverá melhor exemplo de **revolução impossível** do que a revolução cubana — num país pobre, praticamente colonizado e a escassos quilómetros da maior potência imperialista mundial?

Por tudo isto é da máxima actualidade o texto de Marta Harnecker que hoje começamos a publicar e que concluiremos nos dois próximos números.

O TRIUNFO DA REVOLUÇÃO: ACONTECIMENTO CONTINENTAL

«O triunfo da revolução cubana significou um acontecimento histórico neste continente, significou um extraordinário desafio ao imperialismo «yanqui», às suas forças políticas, económicas e militares. E eles não estavam dispostos a permitir tranquilamente o desenvolvimento pacífico da nossa revolução.» (1)

Inicia-se assim uma longa luta. As classes dominantes e o império não se apoiavam apenas nas armas, mas também no seu grande poder económico e numa cultura e numa ideologia política inculcados no povo durante séculos para o manter subjugado.

«... Uma vez as armas em poder do povo, foi necessário travar uma grande batalha no terreno da ideologia, no terreno da política. Era necessário acabar também com a cultura burguesa, com aquela ideologia burguesa e pró-imperialista, porque ao terminar a luta no campo militar o inimigo possuía armas muito poderosas: possuía as armas da ideologia e da política enraizadas no nosso meio, possuía as poderosíssimas armas da economia e possuía, por último, as armas mais poderosas das suas forças militares.

«E o nosso povo empenhou-se naquela batalha política e ideológica, enfrentou-se com o atraso cultural, enfrentou-se com o analfabetismo, enfrentou-se com a ignorância, até desenvolver a sólida consciência política revolucionária e socialista que hoje possui.

«Mas o inimigo não empregou apenas as armas da política, usou também as armas da economia e tratou de asfixiar, de estrangular o nosso povo com o bloqueio e todo o tipo de agressões económicas. E a

nossa revolução jovem, o nosso povo, que não possuía nenhum tipo de experiências em questões económicas, que foi despojado de muitos dos poucos técnicos com que contava teve que enfrentar essa duríssima batalha da economia...»

«Mas junto à batalha política e à batalha económica o imperialismo preparava as suas acções armadas. E quase desde os primeiros meses da Revolução começaram as acções de sabotagem, os actos contra-revolucionários, as infiltrações de armas e agentes, o aparecimento de bandos contra-revolucionários armados que se tornaram presentes praticamente em todas as províncias, ao longo de todo o território nacional e começaram a treinar-se as tropas mercenárias que depois nos invadiram na Playa Girón.

«Mas havia um perigo ainda maior, maior do que os bandos contra-revolucionários, maior que as agressões mercenárias: o perigo da agressão directa por parte das Forças Armadas dos Estados Unidos.» (2)

A atitude do imperialismo foi um factor importante no desenvolvimento da Revolução cubana. Por cada golpe que lhe dava tomava-se a contramedida necessária e desta maneira foi-se aprofundando rapidamente a Revolução.

Os dez primeiros anos da Revolução são anos que se caracterizam pela luta pela sua sobrevivência frente à contra-revolução interna, à agressão exterior e o bloqueio imperialista. Esta batalha absorve a maior parte dos seus esforços e energias, e grande parte dos seus recursos humanos e materiais.

A AUSÊNCIA DE UM PARTIDO FORTE

Esta longa luta começa sem que exista um partido

revolucionário forte, mas contando com um líder indiscutível, Fidel Castro, que já antes do assalto ao quartel Moncada, juntamente com outros dirigentes do Movimento 26 de Julho, tinha feito sua concepção marxista-leninista da história.

Em 1956 existiam fundamentalmente três grupos revolucionários: o Movimento 26 de Julho, o Directório Revolucionário e o Partido Socialista Popular (Partido Comunista) que agrupavam alguns milhares de militantes. Por outro lado, no próprio Movimento 26 de Julho existiam contradições internas que só são superadas vários meses depois do triunfo da Revolução quando é definitivamente destruída a sua ala direita.

Depois do triunfo, estes escassos quadros vêm-se obrigados a assumir as novas tarefas de organização do Estado e do aparelho produtivo, o que os impede de dedicarem-se a consolidar o partido da Revolução.

Mas como foi possível que o Partido Socialista Popular ou Partido Comunista de Cuba tenha aceitado submeter-se à condução de Fidel Castro?

«Não se requeria nenhuma perspicácia histórica — afirma Carlos Rafael Rodríguez, antigo militante do PSP e actual membro do Secretariado do Partido Comunista de Cuba — para advertir que com Fidel parecia à Revolução nacional-libertadora o líder que durante mais de meio século tinha faltado, o condutor a quem tinha tocado realizar ao mesmo tempo as tarefas ideológicas e políticas que corresponderam a José Martí e as responsabilidades de chefe militar que tiveram Gómez e Maceo. O nosso povo, corrido pelo desalento de reiterados fracassos na fé que depositara tantas vezes erradamente em caudilhos sem escrúpulos e líderes demagógicos sem substância, compreendeu de imediato, pela segurança que lhe deram o Moncada e a Serra, que à hora da emancipação tinha chegado.

«Mas, para quem a conquista da independência era apenas o primeiro passo, para aqueles que durante dezenas de anos trabalharam para que a revolução libertadora abrisse caminho a outra mais profunda e definitiva, a que trouxesse o bem-estar de operários e camponeses e conduzisse ao socialismo, a decisão a tomar não era fácil.

«Os livros diziam, as teses das conferências internacionais do movimento comunista proclamavam, que a passagem da libertação nacional ao socialismo apenas se poderia conseguir sob a direcção e hegemonia de um Partido da classe operária, com a ideologia do marxismo-leninismo. Era, por isso, muito fácil

deixar-se arrastar pelo mecanicismo sectário e dogmático, e não ver a tempo que o caminho para o socialismo tinha-se aberto em luta por vias excepcionais e que as disputas por uma hegemonia teórica resultariam anti-históricas e absurdas.

«O erro possível não se cometeu. E — visto que existem em livros de diversos escritores estrangeiros amigos da Revolução interpretações erradas sobre este passo — queríamos proclamar esta noite que o mérito principal da clara e correcta compreensão que tivemos dessa peculiaridade inesperada do processo revolucionário cubano pertence a Blas Roca. Pela primeira vez na história do movimento, depois de ter surgido a Terceira Internacional, um Partido Comunista aceitava outra direcção política na luta pelo socialismo. E foi um dia que jamais esqueceremos quando, com Blas Roca à frente, nos apresentámos todos perante Fidel Castro como simples soldados de fila de uma causa comum na qual ele era para nós, como para todo o povo revolucionário, o Comandante em Chefe.» (3)

OS PRIMEIROS PASSOS PARA UMA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ÚNICA

Decorridos dois anos desde a tomada do poder realizava-se um esforço por criar-se uma estrutura única com os três partidos já mencionados. Trata-se da formação das Organizações Revolucionárias Integradas (ORI).

Ernesto Che Guevara conta como a direcção da Revolução pensava num organismo de «quadros estritamente seleccionados» e ligados às massas, de um «organização centralizada e elástica ao mesmo tempo», e confiou «cegamente na autoridade ganha em muitos anos de luta pelo Partido Socialista Popular» deixando nas suas mãos a organização deste projecto.

Era uma época difícil em pleno auge do bloqueio imperialista e êxodo massivo de quadros profissionais e técnicos quando estes eram mais necessários para a administração das fábricas e comércio expropriados.

Começava-se também a tomar medidas contra a aplicação da «táctica guerrilheira» (4) à administração pública, na qual primava a iniciativa individual para resolver os problemas por cima de qualquer tipo de planificação colectiva. Estas medidas caíram rapidamente numa excessiva centralização administrativa.

É neste contexto e contra o critério dos antigos dirigentes do seu próprio Partido e de Fidel, que Anibal Escalante, dirigente do Par-



tido Socialista Popular e secretário da organização das ORI, cai em desvios sectários tratando de controlar o nascente organismo unitário.

«Isto deu lugar — por tendências sectárias do PSP e porque muitos companheiros honestos acreditaram que Anibal seguia uma linha colectiva que incluía as orientações do próprio Fidel — ao pôr em marcha todo um dogmatismo e sectarismo em que... até desertores do PSP foram preferidos a combatentes da Serra, apenas por terem sido militantes do mesmo.» (5)

Começava assim uma «etapa negra embora, felizmente, muito curta» do desenvolvimento da Revolução cubana. «Começavam-se erros nos métodos de direcção; o Partido perdia as suas qualidades essenciais de ligação às massas, do exercício do centralismo democrático e do espírito de sacrifício. Recorrendo, às vezes, a verdadeiros malabarismos, colocavam-se pessoas sem experiência e sem méritos em lugares dirigentes, pelo facto de se terem acomodado à situação imperante.

«As ORI perdem a sua função de motor ideológico — e de controlo de todo o aparelho produtivo através desta função — e passam a ser um aparelho administrativo; nestas condições, os toques de alerta que deviam vir das províncias, explicando a série de problemas que ali existiam, perdiam-se, porque quem devia analisar o trabalho dos funcionários administrativos eram precisamente os dirigentes do núcleo que cumpriam a dupla função de Partido e administração pública» (6)

Estes desvios sectários são detectados a tempo e no 26 de Março de 1962 realiza-se o chamado «primeiro processo a Escalante», onde Fidel critica o sectarismo através de numerosos exemplos concretos e responsabiliza alguns quadros do PSP deste desvio especialmente a Anibal Escalante, secretário da organização das ORI. No dia seguinte, o dirigente máximo da revolução cubana defende que a seriedade de um partido revolucionário se mede, fundamentalmente, pela atitude frente aos seus próprios erros. E tendo presente que o inimigo podia aproveitar-se da sua exposição pública, decide dá-los a conhecer, já que sabe que só por este caminho poderiam chegar a ser superados. Fidel pen-

sa que a forma como se deu a Revolução Cubana, permite compreender o porquê da sua aparição e insiste no papel que jogaram as massas na sua detecção: «Os homens tomam consciência quando as massas — não apenas os dirigentes, mas sim as massas — tomam consciência desses erros.»

O sectarismo manifestava-se em crer que os únicos quadros revolucionários, os que deviam estar em todos os postos e em todas as funções eram os «velhos militantes marxistas», o que em Cuba não queria dizer outra coisa que ser militante do PSP, único partido marxista antes da Revolução.

Segundo o máximo dirigente da Revolução cubana, desta maneira não se estava a organizar um partido, mas antes uma «clique». «Estávamos a organizar ou a criar um colete de forças, um jugo, companheiros. Não estávamos criando uma organização livre de revolucionários, mas sim um exército de revolucionários domesticados e amestrados.»

Fidel é sem dúvida o grande artífice da unidade do povo cubano. Luta desde os primeiros dias do triunfo da Revolução contra o sectarismo e pela união de todos os sectores revolucionários. Combate tanto o sectarismo «da Serra» como o sectarismo «dos velhos militantes marxistas». Chama constantemente o povo a unir-se e a participar no processo: «Todo aquele que não teve oportunidade de lutar que não desanime que no futuro tem oportunidades, que no futuro está por se escrever a história, que a Revolução não fez mais do que começar e temos que percorrer um longo caminho.»

(1) Fidel Castro. Discurso no encerramento da manobra militar «XV Aniversário do Triunfo da Revolução», em 30 de Dezembro de 1973.

(2) Op. cit.

(3) Discurso de Carlos Rafael Rodríguez na investidura de Blas Roca como Doutor Honoris Causa em Ciências Jurídicas em 26 de Setembro de 1974.

(4) Ernesto Che Guevara, *Cuba Socialista*, Fevereiro de 1963.

(5) Carta de Carlos Rafael Rodríguez a Marta Harnecker, Novembro de 1972, respondendo a um artigo acerca da história do Partido Comunista Cubano, publicado pela autora na revista *Chile Hoy*, n.º 10, 19-24 Agosto 1972.

(6) Ernesto Che Guevara, prólogo ao livro *O Partido marxista-leninista*, 1963.

I CONFERÊNCIA DE TRABALHADORES FABRIS DA REGIÃO DE LISBOA

A I Conferência de Trabalhadores Fábris da Região de Lisboa, realizou-se no passado dia 6 no Instituto Superior Técnico.

Com esta importante realização em que participaram trabalhadores e operários de 69 empresas, o Movimento de Esquerda Socialista deu mais um passo firme em frente na justa política de responder aos problemas das massas trabalhadoras com as armas da luta e da unidade, sendo de destacar a presença de camaradas não filiados no MES mas que não quiseram deixar de se juntar aos militantes do nosso Partido nesta jornada.

Realizada com o propósito de dar conteúdo prático à ideia central de baixo da qual foi organizada — «Unir a classe operária e o povo contra a exploração e a repressão» a I Conferência de Trabalhadores Fábris da Região de Lisboa definiu, após um período de intenso trabalho, que contou com reuniões preparatórias realizadas em zonas operárias e com reuniões preparatórias para os sectores dos têxteis, lanifícios e vestuário, metalúrgico e construção civil, um programa de luta para responder às tarefas essenciais que hoje se colocam aos trabalhadores do nosso País: da grande tarefa política que consiste em organizar o projectar para além das eleições o Movimento de Unidade Popular que se ergue em torno da candidatura de Otelo, à preparação da intervenção dos revolucionários no Congresso dos Sindicatos, à defesa do Controle Operário e das nacionalizações, à definição dos objectivos imediatos da luta económica, à discussão das reivindicações fundamentais a incluir nos contratos colectivos e ao apontar do caminho operário para os sectores em crise.

Contando com a presença de elementos que pertencem a secretariados de GDUP's, de membros de Comissões de Trabalhadores e dirigentes e delegados sindicais, a I Conferência de Trabalhadores fábris da região de Lisboa conseguiu elaborar um conjunto sistemático de conclusões que a partir de agora serão enriquecidas com a continuação da luta nas fábricas e com o esforço permanente de levar essas mesmas conclusões ao maior número possível de trabalhadores, em inúmeras sessões que se realizarão a partir da próxima semana.

Na I Conferência de Trabalhadores Fábris da Região de Lisboa promovida pelo MES participaram ao longo das suas várias fases trabalhadores das seguintes empresas:

Plessey automática Eléctrica Portuguesa, Tap, Casuel, Novotex, Laboratórios Laquifa, J.J. Gonçalves, M. Simões, Tipografia Correia, Construções Técnicas, Confeções MS, Metropolitan de Lisboa, Seldez, Pinhol Gomes e Gomes, Soponata, Luís Bandeira, Dann e Hellman, Teixeira Duarte, Epal, Textil Alberto Pombo, Ford, Utic, Tinturaria Portugalá, Sopol, J. Luís Fonseca e Filhos, Casa Gouveia Machado, Promática, Albino Jorge, Fermante, L. Guerreiro e Neves, Empresa Nacional Penteação de Lãs, Ogma, Fábricas Barros, Standart Eléctrica, Metalúrgica Cascais, Lavimpa, Soares, Correia e Soares, Latrique, Confeções Truz, Imprensa Nacional Lusale, Manuel Lopes Henriques, Lisgráfica, Simões e C^o, Electrotécnicos Reunidos, Matur, Eurofil, Paulino Ferreira e Filhos, Petrolgal, Batista Russo, Firestone, Matadouro de Lisboa, Seidensticker, J. B. Fernandes, Bertrand, J. F. Azevedo e Silva, Brisa, Bardhal, Grão-Pará, Laboratório J. S. Ribeiro, Tabaqueira, Anta-Construções e Projectos, Robialac, S.P. Petroquímica, A. Silva Jr, Mompur, Lusiteca, Ufer, Unire, Sipe.



I SECÇÃO-CONCLUSÕES

Uma das tarefas políticas mais importantes da classe operária e dos revolucionários na actual fase da luta dos trabalhadores e lutar pela organização dum frente de massas anti-fascistas e anti-capitalista na qual a unidade popular se faça sob a direcção da classe operária e fora do controlo dos reformistas sociais-democratas e revisionistas.

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, ao provocar uma ampla movimentação popular em seu torno, está a criar as condições para o lançamento dessa frente. Os GDUP's, suporte organizativo desta movimentação, poderão ser o seu embrião se conseguirmos que a sua existência não se limite apenas ao período da campanha eleitoral, se lhes conseguirmos dar permanência e clareza política.

Mas para isso é necessário reunir duas condições fundamentais: uma é a existência de uma direcção política revolucionária; — o programa de luta terá de ter não só objectivos imediatos, definidos ao nível de local de trabalho e de habitação, mas também objectivos gerais que digam respeito ao conjunto do sistema social em que vivamos. Assim, terão que privilegiar:

— a ligação cidade-campo, fomentando, por exemplo, a venda directa de produtos das herdades colectivas e das cooperativas em bairros pobres e degradados, organizando idas colectivas as cooperativas, recolha de fundos para compra de tractores e alfaias agrícolas, etc.

— a ligação fábrica-bairro, articulando a luta da fábrica com a luta social por uma habitação digna, por uma assistência médica decente e gratuita, por uma rede de transportes eficiente e barata, mostrando que é da forma como a sociedade está organizada que os patrões tiram a força para levar a cabo a exploração na fábrica, mostrando que todo o terreno é terreno de confronto

II SECÇÃO-CONCLUSÕES

Objectivos imediatos de luta: recusar pagar a crise capitalista, defender os salários, o emprego e as conquistas populares e combater a exploração e a repres-

de classes onde existem duas soluções: a solução dos burgueses, dos reformistas e a solução dos proletários, dos comunistas;

— a criação de uma rede de contra-informação à base de jornais de GDUP's que combata as mentiras burguesas sobre as lutas dos explorados e oprimidos, que fomente a discussão política em torno dos objectivos do programa e a troca de experiências concretas de cada GDUP'; — a utilização da actividade cultural como instrumento para a formação da consciência de classe dos trabalhadores, organizando sessões de teatro popular, cinema de intervenção, colóquios, leituras colectivas, etc.

A posição dos revolucionários tem de ser a da luta pelo reforço do bloco dos explorados e oprimidos e a sua organização numa frente de luta anti-fascista e anti-capitalista sob a direcção da classe operária. Esta frente de resistência tem que assentar num programa de luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e na oposição frontal à política do governo burguês de salvação do capital.

Esta frente de resistência tem que actuar nas organizações de massa dos trabalhadores, nos seus órgãos representativos (sindicatos e órgãos de poder popular), lutando para que tenham uma linha de classe e não de colaboração com o inimigo e para que se regem por princípios democráticos.

Esta frente de resistência tem que assentar na unidade daqueles que estão dispostos a travar a luta contra o capital e o fascismo, e organizando-os a partir da base.

Uma política de unidade revolucionária que coloque na unidade de base a sua alavanca, é o caminho seguro para alutar pela unidade de classe, a unidade popular forjada pela luta imediata contra o inimigo e dirigida pela classe revolucionária: o proletariado.

são no caminho de resistência popular.

Na actual fase de luta os seguintes objectivos aparecem como os mais importantes:

— A defesa do emprego e o combate aos despedimentos.

— A defesa dos salários reais e a redução da exploração, nomeadamente a subida do salário mínimo que cubra a subida do custo de vida.

— O combate a todas as tentativas de aumento da exploração: horas extraordinárias, trabalho a prémio ou à tarefa, aumento dos ritmos e cargas.

— A consolidação da luta pela redução dos leques salariais, contra os privilégios e as diferenças nas regalias sociais, e pela aplicação do princípio do salário igual a trabalho igual mas **estritamente subordinada** à necessidade de alargar as alianças de classe do proletariado nomeadamente com os assalariados técnicos e administrativos.

— O combate a todas as tentativas de divisão dos trabalhadores no campo económico, organizativo e político, desde a diferenciação salarial entre categorias e entre homens e mulheres, a separação entre trabalhadores das empresas privadas e empresas públicas, à separação dos trabalhadores dos sectores em crise dos trabalhadores dos outros sectores, à oposição da organização popular à organização sindical e às tentativas de divisão do movimento sindical unitário.

— A consolidação das liberdades de organização, reunião e informação nos locais de trabalho, a defesa intransigente do direito à greve sem limitações tal como determina a Constituição e das formas de luta como a contratação colectiva vertical.

— O combate ao regresso dos patrões sabotadores, a garantia da intervenção estatal nas empresas em crise no sentido da defesa do salário e do emprego dos trabalhadores dessas empresas e a garantia de condições de funcionamento das empresas sob gestão dos trabalhadores pela passagem de credenciais com validade suficiente (nunca menos de 6 meses).

— A defesa intransigente das garantias dadas à actividade dos delegados sindicais e membros das Comissões de Trabalhadores e a oposição frontal às tentativas de despedimentos repressivos.

— O alargamento da aplicação do subsídio de

desemprego no que diz respeito ao seu montante, à sua duração e aos trabalhadores a quem se aplica.

— A defesa do controlo dos trabalhadores sobre os fundos sociais, nomeadamente a Previdência.

— A luta pela aplicação dos controlos dos trabalhadores sobre os aspectos da vida das empresas que põem em causa o emprego, os salários e as condições gerais do trabalho.

— A defesa intransigente da aplicação de efeitos retroactivos na contratação colectiva como forma de defender os salários e obrigar o patronato a negociar as propostas dos trabalhadores.

— A luta pela revogação de toda a legislação anti-constitucional e anti-popular já elaborada pelo VI Governo como forma de desde já lutar pela defesa das conquistas que a Constituição consagra (lei da greve, lei dos despedimentos, lei sobre a intervenção estatal, etc.).

— A recusa das soluções de colaboração entre trabalho e capital desde o acordo na empresa desligado dos processos globais de luta aos contratos-programa que o Governo burguês pretende.

— A recusa intransigente da reintegração dos elementos anti-operários saneados ao longo do movimento iniciado no 25 de Abril.

— A exigência de medidas eficazes contra o lock-out cumprindo o estipulado na Constituição.

— A defesa dos horários de trabalho conquistados, a recusa de qualquer horário superior às 45 horas e a recusa da prestação regular de trabalho extraordinário como forma de levar por diante no momento actual a luta pela redução do horário de trabalho.

— O combate à sobre-exploração dos jovens trabalhadores e dos reformados, conquistando salários e pensões que não sejam de miséria, condições de admissão de acordo com o trabalho desenvolvido que em muitos casos é idêntico ao dum trabalhador adulto, garantias de emprego após o serviço militar.

— A exigência de melhores condições de assistência o que passa pelo reforço do controlo sobre a higiene e segurança nos locais de trabalho e pelo reforço da luta pelo pagamento do salário completo na baixa.

O 25 DE ABRIL ESTÁ VIVO!

O Movimento de ex-militares de apoio à candidatura do gen. OTELO para a presidência da República, saúda calorosamente todos os ex-militares que participaram activamente nas grandes jornadas de luta do povo português no 25 de Abril, 28 de Setembro e 11 de Março.

Saúda também todos os ex-militares vítimas da guerra colonial.

Saúda ainda todos os militares no activo; soldados, sargentos e oficiais que lutam para manter vivo dentro das Forças Armadas o espírito libertador do 25 de Abril.

Saúda em especial o povo trabalhador da região de Coimbra que não só nos conheceu nas batalhas políticas da revolução, como no dia-a-dia, na resolução dos seus problemas concretos.

Saúda, por fim, o gen. OTELO, militar do 25 de Abril, único chefe das Forças Armadas realmente consentido e aceite pela maioria dos militares que comandou; companheiro infatigável das horas fáceis e difíceis da luta do povo português contra a exploração e a opressão e pela conquista de uma sociedade socialista onde não haja exploradores nem explorados.

QUEM É QUEM NÃO É DO 25 DE ABRIL

As nossas Forças Armadas do 25 de Abril eram um instrumento nas mãos dos donos das fábricas, dos senhores das terras que debaixo da política fascista nos comprometeram numa guerra injusta, contra a vontade do povo português e dos povos colonizados, que causou milhares de vítimas, só para defender os interesses dos exploradores e do imperialismo.

Foi contra este estado de coisas que o povo saiu para a rua no dia 25 de Abril lado a lado com os soldados, sargentos e oficiais progressistas.

Saiu para a rua para derubar o regime fascista, para não permitir jamais que as Forças Armadas estivessem ao serviço de meia dúzia de donos do nosso país, mas sim ao serviço do povo defendendo os seus justos direitos e interesses.

Saiu para a rua para que as Forças Armadas jamais se isolassem do povo a que pertencem, porque o povo sabia pela experiência do regime fascista que quando as Forças Armadas se isolam do povo, as armas viram-se contra o próprio povo.

Isolar as Forças Armadas do povo, fazer dos soldados, dos sargentos e dos oficiais joguete na mão de meia dúzia de exploradores, máquinas de repressão do povo, foi sempre o desejo dos fascistas e de todos os reacçãoários.

A VOZ DA LUTA DO POVO OUVIA-SE DENTRO DAS FORÇAS ARMADAS

Ossoldados compreendem então que eram trabalhadores fardados, homens do povo. Alguns sargentos e oficiais que tinham aprendido ao longo de vários anos nas Academias Militares a arte de reprimir o povo, aprenderam em poucos meses, com a luta deste, a servi-lo e ao mesmo tempo a libertarem-se dos longos anos do obscurantismo de que foram vítimas.

Fora e dentro dos quartéis o povo avançou contra os exploradores e seus lacaios.

Nas Forças Armadas, soldados, sargentos e oficiais progressistas conquistam a liberdade de se exprimirem e de se organizarem.

E a voz da luta do povo ouvia-se dentro das Forças Armadas, nas ADU, nas Comissões de Soldados e nas Assembleias Militares.

A política selvagem do terror, da disciplina imposta pelos graduados aos soldados, o povo opunha e construía uma nova disciplina consentida e humana nas Forças Armadas.

Na política do feijão para o soldado e do bife para o oficial, o povo impunha as messes comuns e a comida igual para todos.

A política dos grandes



A imagem que desde o 25 de Novembro não voltámos a ver

QUEREM ISOLAR AS FORÇAS ARMADAS DO POVO

Mas afinal o que foi o 25 de Novembro e o que trouxe ao povo português?

Foi a liberdade, a democracia e a segurança?

Pois não camaradas!

Ao espírito do 25 de Abril, do povo na rua lado a lado com os militares festejando a queda do fascismo, o 25 de Novembro opõe a política do terror decretando o estado de sítio para evitar que o povo saísse à rua em defesa das suas conquistas.

Enquanto no 25 de Abril as portas das prisões se abriam aos antifascistas, no 25 de Novembro essas mesmas portas fecharam-se para encerrar os militares progressistas; homens do 25 de Abril como o gen. OteLO.

Os «pides» e conhecidos carrascos do povo são libertados e deixados fugir. Militares que no 11 de Março atentaram contra a liberdade do povo são postos em cargos responsáveis nas Forças Armadas.

O congelamento de salários é decretado. Enquanto isso sobe verticalmente o custo de vida enchendo as bolsas dos exploradores e condenando os trabalhadores a uma maior miséria, os patrões regressam às empresas contra a vontade dos trabalhadores.

Nas Forças Armadas milhares e milhares de soldados, sargentos e oficiais progressistas são afastados compulsivamente e progressivamente substituídos por forças mercenárias: decreta-se o fim das liberdades democráticas nos quartéis para os soldados, para os sargentos progressistas.

Tudo isto em nome da ordem, da disciplina e da defesa da democracia, e até falam em socialismo.

As Forças Armadas que o povo se habituou a ver ao seu lado nas suas lutas, na Reforma Agrária e no apoio às cooperativas, na luta por uma habitação digna e contra os especuladores das rendas, no apoio efectivo aos órgãos populares de base, vê agora, após

o 25 de Novembro, em vez do apoio, as rusgas, os ataques aos sindicatos e organizações de trabalhadores.

O povo volta a ver as forças militarizadas P.S.P. e G.N.R. na rua, nas fábricas e nos campos reprimindo a sua luta.

Os militares de Abril que ainda se encontram nas Forças Armadas estão constantemente ameaçados pela imprensa reacçãoária e pela força que a direita tenta impor nas Forças Armadas.

Querem novamente isolar as Forças Armadas do povo: querem fazer delas novamente um instrumento nas mãos dos capitalistas e do imperialismo.

Os donos das fábricas, os senhores da terra e os senhores especuladores querem julgar o 25 de Abril: juntam-se por detrás de um candidato falando de liberdade para melhor oprimir: falando de igualdade para melhor explorar.

O Povo trabalhador e todos os militares progressistas devem lutar contra a tentativa de transformação das Forças Armadas num instrumento de repressão exigindo que todos os seus meios humanos, técnicos e materiais se empenhem no melhoramento das condições de vida das camadas mais exploradas do nosso Povo.

Numa tal situação o Presidente da República que interessa ao povo tem de:

— Encamar o espírito libertador do 25 de Abril;

— Ter dado provas inequívocas de não pactuar com o fascismo e o imperialismo;

— Estar disposto a servir o povo e jamais servir-se dele e reprimi-lo;

— Tem no fim de contas de se identificar com o grito de milhões de trabalhadores e soldados deste país.

O 25 de Abril está vivo! Soldados, sempre, sempre ao lado do povo! Viva o gen. OteLO, candidato do povo! A vitória é certa!

Intervenção em Coimbra do Movimento de ex-militares de Apoio à candidatura do OteLO



O JURAMENTO DE BANDEIRA NO RALIS/COPCON

«Nós, soldados, juramos ser fiéis à Pátria e lutar pela sua liberdade e independência. Juramos estar sempre, sempre ao lado do povo, ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador. Juramos lutar com todas as nossas capacidades, com voluntária aceitação da disciplina revolucionária, contra o fascismo, contra o imperialismo, pela democracia e poder para o povo, pela vitória da revolução socialista».

CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA

ARTIGO 1.º

Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na sua transformação numa sociedade sem classes.

ARTIGO 2.º

A República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, no respeito e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais e no pluralismo de expressão e organização política democráticas, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras.

ARTIGO 7.º

1. Portugal rege-se nas relações internacionais pelos princípios da independência nacional, (...).

3. Portugal reconhece o direito dos povos à insurreição contra todas as formas de opressão, nomeadamente contra o colonialismo e o imperialismo, e manterá laços especiais de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

Como se vê, o juramento de bandeira realizado pelos soldados no RALIS em nada contraria a Constituição; pelo contrário.

Torna-se assim extremamente significativo que Ramalho Eanes, candidato à Presidência que tenta apresentar-se aos olhos do povo como defensor da Constituição tenha mandado anular aquele juramento logo a seguir ao golpe reacçãoário que em 25 de Novembro chefiou.

Francamente. Para quem tal interessado se mostra em defender a Constituição, foi um mau começo!